

de 2018

Relatório
e Documentos
Previsionais
de 2018

Góis
município



Góis
município

Relatório e Documentos Previsionais de 2018

1

ÍNDICE

1. Disposições Iniciais.....	3
2. Perspetiva económica.....	6
2.1. Conjuntura Internacional	6
2.2. Conjuntura nacional	7
2.3. Conjuntura do Concelho	8
2.3.1. Caracterização do Concelho.....	8
2.3.2. Análise SWOT	10
2.3.3. Indicadores Concelhios	12
2.3.4. Impacto do Orçamento de Estado no Orçamento Municipal.....	12
2.3.4.1. Participação nos Impostos do Estado.....	12
3. ORÇAMENTO.....	14
3.1. Estrutura Orçamental.....	14
3.1.1. Receita.....	14
3.1.1.1. Descrição.....	14
3.1.1.2. Quadro (Estrutura da Receita).....	15
3.1.1.3. Gráfico (Estrutura da Receita)	15
3.1.1.4. Gráfico (Estrutura da Receita - Resumo)	16
3.1.2. Despesa	16
3.1.2.1. Descrição.....	16
3.1.2.2. Quadro (Estrutura da Despesa)	17
3.1.2.3. Gráfico (Estrutura da Despesa).....	18
3.1.2.4. Gráfico (Estrutura da Despesa - Resumo).....	19
3.2. Especificações do Classificador Económico e Evolução do Orçamento.....	19
3.2.1. Orçamento da Receita.....	19
3.2.2. Orçamento da Despesa	36
3.3. Análise Comparativa do Orçamento nos Anos 2017/2018	43
3.3.1. Comparação das Previsões da Receita – 2017/2018	43
3.3.1.1. Quadro (Comparação das dotações previstas entre os anos de 2017/2018)	43
3.3.1.2. Gráfico (Comparação das dotações previstas entre os anos de 2017/2018).....	44
3.3.2. Comparação das Dotações da Despesa – 2017/2018	45
3.3.2.1. Quadro (Comparação das dotações previstas entre os anos de 2017/2018)	45
3.3.2.2. Gráfico (Comparação das dotações previstas entre os anos de 2017/2018).....	46



Relatório e Documentos Previsionais de 2018

4.	Grandes Opções do Plano (GOP's).....	47
4.1.	Descrição	47
4.1.1.	Resumo das Grandes Opções do Plano 2018.....	48
4.1.2.	Gráfico – Resumo das GOP por funções para 2018	49
4.2.	Especificações dos Programas e Evolução das GOP	49
4.3.	Comparação das Dotações Previstas nas GOP – 2017/2018	55
4.4.	Comparação das Dotações Previstas em PPI – 2017/2018	57
4.5.	Comparação das Dotações Previstas em AMR – 2017/2018	58
5.	Verificação da regra do equilíbrio orçamental	59
6.	Responsabilidades contingentes	61
7.	DOCUMENTOS PREVISIONAIS.....	64

Ass. 1.

2

47

P

48

P

49

MAB/Brasil

P

P

55

SP/PA

P

57

P

58

P

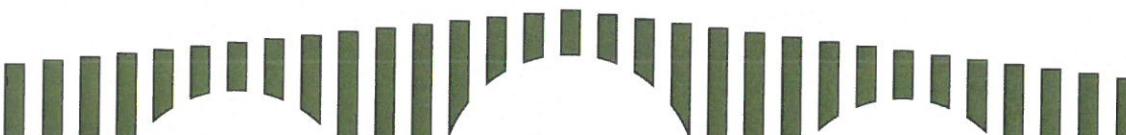
59

P

61

P

64



Relatório e Documentos Previsionais de 2018

3

1. DISPOSIÇÕES INICIAIS

Em cumprimento com o estabelecido na alínea c), do nº1, do artigo 33º, e na alínea a), do nº1, do artigo 25º, ambas da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, alterada pelas Leis nºs 25/2015, de 30 de março, 69/2015, de 16 de julho e 7-A/2016, de 30 de março e em articulação com o disposto no artigo 45º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, alterada pelas Leis nºs 82-D/2014, de 31 de dezembro, 69/2015, de 16 de julho, 132/2015, de 4 de setembro e 7-A/2016, de 30 de março, o órgão executivo deve apresentar ao órgão deliberativo as Grandes Opções do Plano e o Orçamento Municipal para o ano económico de 2018, até três meses a contar da data da tomada de posse, quando ocorram eleições para o órgão executivo municipal entre 30 de julho e 15 de dezembro, ou seja, até 20 de janeiro de 2018.

Na elaboração dos documentos previsionais mencionados no presente Relatório e do qual se constituem como anexo, foram respeitadas todas as disposições constantes no ponto 2.3, do Capítulo 2, do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, alterado pela Lei nº 162/99, de 14 de setembro, pelos Decretos-Lei nºs 315/2000, de 2 de dezembro e 84-A/2002, de 5 de abril e pela Lei nº 60-A/2005, de 30 de dezembro (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL), bem como as novidades introduzidas pela Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, com as respetivas alterações (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais – RFALEI), designadamente as indicadas no seu artigo 46º.

Assim, no presente Relatório procurou-se incluir e ou mencionar todos os elementos recomendados tanto no POCAL como no RFALEI, a saber:

- Relatório que contém a apresentação e a fundamentação da política orçamental proposta (que apresenta e justifica os valores do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, assim como a evolução comparativamente ao ano anterior), bem como a verificação da regra do equilíbrio orçamental e a identificação e descrição das responsabilidades contingentes, de acordo com o previsto na alínea a), do nº1, do artigo 46º, do RFALEI;
- Mapa resumo das receitas e despesas (Resumo do Orçamento), de acordo com o previsto na alínea b), do nº1, do artigo 46º, do RFALEI;
- Mapa das receitas e despesas, desagregado segundo a classificação económica (Orçamento) de acordo com o previsto na alínea c), do nº1, do artigo 46º, do RFALEI;
- Grandes Opções do Plano, que contempla o Plano Plurianual de Investimentos e as Atividades Mais Relevantes, de acordo com o previsto no ponto 2.3, do Capítulo 2, do POCAL;

Relatório e Documentos Previsionais de 2018

- Articulado que contém as medidas de orientação da execução orçamental (Normas de Execução do Orçamento), de acordo com o previsto na alínea d), do nº1, do artigo 46º, do RFALEI;
- Orçamentos dos órgãos e serviços do Município com autonomia financeira e de outras entidades participadas, em relação às quais se verifique o controlo ou presunção de controlo pelo Município (Orçamentos de Outras Entidades), de acordo com o previsto nas alíneas a) e b) ,do nº2, do artigo 46º e do nº2, do artigo 42º, do RFALEI;
- Mapa das entidades participadas pelo Município identificadas pelo respetivo número de identificação fiscal, incluindo a respetiva percentagem de participação e valor correspondente (Mapa das Entidades Participadas), de acordo com o previsto na alínea c), do nº2, do artigo 46º, do RFALEI;
- Quadro plurianual de programação municipal (QPPO), que define os limites para a despesa do município e as projeções da receita, numa base móvel de quatro exercícios, sendo esses limites vinculativos para o ano seguinte ao do exercício económico do orçamento e indicativos para os restantes, de acordo com o previsto no artigo 44º, do RFALEI.

Para o exercício económico dos últimos documentos previsionais aprovados (ano de 2015), este documento não foi apresentado por não estarem reunidas as condições legais para a sua elaboração que, de acordo com o disposto no artigo 47º do RFALEI, está sujeita a regulamentação por decreto-lei, que até à presente data ainda não foi publicada, sendo esse também o entendimento da Associação Nacional de Municípios Portugueses, conforme consta na Circular nº108/2014/AG, datada de 01.10.2014.

Para o exercício económico de 2018, embora se mantendo os mesmos pressupostos e considerando ainda o entendimento da Associação Nacional de Municípios Portugueses, conforme consta na Circular nº86/2015-PB, datada de 25.09.2015, foi divulgado por parte da Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), no site do Portal Autárquico, um “alerta” onde é referido que “*(...)quando da elaboração do orçamento municipal para o ano 2016, deverão os municípios assegurar que dão cumprimento ao preconizado no artigo 44.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, respeitando os limites aos quais se vincularam em sede da elaboração do QPPO.*”.

Neste sentido, embora o Município não possua informação oficial de qual a estrutura a considerar na elaboração do documento, é apresentado o QPPO do ano financeiro de 2018,

Relatório e Documentos Previsionais de 2018

5

que define os limites para a despesa e as projeções da receita, para os anos de 2018 a 2021, agregado em total da receita e total da despesa.

Na elaboração do presente Relatório é efetuada regularmente uma análise comparativa dos valores do Orçamento e das GOP's entre o ano em questão e o ano anterior (valor do orçamento inicial e corrigido a 31 de outubro). Uma vez que as propostas de documentos previsionais para os anos de 2016 e 2017, apresentadas em sede de reunião de Executivo Municipal, não foram aprovadas, os valores orçados para 2017, apresentados na referida análise comparativa, são os valores do orçamento corrigido de 2015 (à data de 31 de dezembro de 2016).



2. PERSPECTIVA ECONÓMICA

2.1. CONJUNTURA INTERNACIONAL¹

No primeiro semestre de 2017, a atividade global acelerou a um ritmo moderado face ao ano anterior e quando comparado com o observado antes da crise económica e financeira. Nas economias avançadas, a aceleração da atividade foi observada na área do Euro, EUA e Japão, enquanto o Reino Unido registou uma desaceleração. Relativamente às economias de mercado emergentes, a China manteve um ritmo de crescimento robusto no primeiro semestre e o Brasil cresceu depois de um período prolongado de recessão.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê um reforço do crescimento da economia mundial em 2017 para 3,6%, que se irá prolongar em 2018 (3,7%), de acordo com o fortalecimento do comércio mundial de bens e serviços.

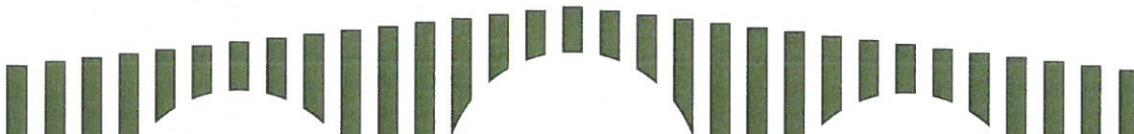
Salienta-se ainda, que no primeiro semestre de 2017, se verificou um maior dinamismo da economia da área do Euro, tendo o PIB registado, em média, um crescimento real de 2,1%, estando associado a um aumento das exportações, de 3,2% em 2016 para 4,5% em 2017, refletindo uma procura externa sólida proveniente da retoma da economia mundial. Relativamente ao investimento, este permaneceu mais moderado, apesar das condições de financiamento se terem mantido favoráveis e da continuação da acomodação monetária por parte do Banco Central Europeu (BCE).

Na União Europeia, a inflação subiu no início do ano de 2017, em particular pela subida do preço do petróleo, tendo depois descido progressivamente devido ao comportamento dos preços dos bens energéticos e alimentares.

No caso particular do Reino Unido, a inflação subiu consideravelmente de 1,6% no final de 2016 para 2,6% em junho de 2017. Assim, com a redução do crescimento económico e o aumento da taxa de inflação, verifica-se uma desaceleração das despesas das famílias.

Ao longo do ano de 2017 tem havido uma intensificação da descida das taxas de juro nos mercados monetários da área do Euro, devendo permanecer em níveis baixos históricos, com a Euribor a 3 meses a situar-se, em média, em -0,33%. Pelo contrário, nos EUA, as taxas de juro prosseguiram o movimento ascendente, tendo a Libor referente a depósitos USD subido para 1,20% (0,74%, em média, no ano 2016). Em relação aos Bancos Centrais do Japão e de Inglaterra,

¹ Fontes: BCE - Banco Central Europeu, BP – Banco de Portugal, FMI - Fundo Monetário Internacional, OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, Conselho das Finanças Públicas, Ministério das Finanças e Ministério da Economia.



estes mantiveram, até final de setembro de 2017, as taxas de juro diretoras em -0,10% e em 0,25%, respetivamente.

2.2. CONJUNTURA NACIONAL²

O desempenho da economia portuguesa está sempre fortemente associado à evolução da economia a nível global, mas tem prosseguido a tendência de retoma moderada, que tem permitido alguma recuperação do emprego e a convergência com a média da área do Euro.

Em 2017, a economia portuguesa cresceu a um ritmo claramente superior à média europeia e ao observado na última década. Este crescimento é caracterizado por uma aceleração da procura externa e por uma melhoria generalizada nas condições monetárias e financeiras, para o que contribuiu o conjunto alargado de medidas de política monetária adotadas pelo Banco Central Europeu (BCE). O PIB registou o maior crescimento homólogo real desde 2001, superando o crescimento médio verificado na área do Euro (2%), alicerçado numa forte dinâmica do investimento e das exportações.

Neste sentido, para 2018, estima-se que a economia cresça 2,2%, continuando esse crescimento a ser suportado pelo investimento e pelas exportações. Prevê-se que as exportações de bens e serviços cresçam 5,4%, acima do crescimento das importações (5,2%). O investimento deverá manter-se como a componente mais dinâmica da procura interna, refletindo a manutenção quer do dinamismo do investimento empresarial, quer do investimento público.

No que respeita à inflação, esta registou um crescimento médio de 1% no primeiro semestre de 2017, evoluindo de forma positiva do primeiro para o segundo trimestre (de 0,7% para 1,4%, respetivamente).

A taxa de desemprego diminuiu para 9,5 % no primeiro semestre de 2017 (11,6 % em igual período do ano passado), sendo que no segundo trimestre de 2017 foi de 8,8%, o valor mais baixo desde o primeiro trimestre de 2011. O sector de atividade que mais contribuiu para o aumento do nível de emprego foi o da construção, tendo registado um crescimento de 8%.

Para 2018, o mercado de trabalho deverá ser caracterizado pela manutenção de uma tendência de melhoria, em linha com a evolução da atividade económica, esperando-se que o emprego cresça 2,7%, enquanto a taxa de desemprego deverá recuar para 9,2%.

Perspetiva-se assim, que para o ano de 2018 e para Portugal, uma progressiva melhoria dos desequilíbrios macroeconómicos quer internos, quer externos.

² Fontes: BCE - Banco Central Europeu, BP – Banco de Portugal, FMI - Fundo Monetário Internacional, OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, Conselho das Finanças Públicas, Ministério das Finanças e Ministério da Economia.



Relatório e Documentos Previsionais de 2018

8

Quanto à dívida pública deverá atingir, em 2017, 129,8% do PIB, mantendo a trajetória descendente, prevendo-se para 2018, que atinja os 128,7% do PIB.

2.3. CONJUNTURA DO CONCELHO

2.3.1. CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO

A Vila de Góis, sede do concelho homónimo, situa-se na parte oriental do distrito de Coimbra, a cerca de 45km dessa cidade. O Concelho de Góis encontra-se na Região Centro, na sub-região do Pinhal Interior Norte, numa área montanhosa, ladeada pelos rios Mondego e Zêzere, fazendo parte do complexo orográfico da Serra da Lousã. Os concelhos que o rodeiam são, a norte, Arganil, Vila Nova de Poiares e Lousã; a nascente, Arganil e Pampilhosa da Serra; a poente, Lousã e Castanheira de Pêra e a sul Castanheira de Pêra e Pedrógão Grande.

O indubitável isolamento geográfico de Góis, característico do interior do nosso país, acentuado ainda mais pelas características geográficas de zonas de montanha, originou um povoamento disperso. Assim, as 190 povoações do concelho distribuem-se pelas suas 4 freguesias: Freguesia de Alvares, União de Freguesias Cadafaz e Colmeal, Freguesia de Góis e Freguesia de Vila Nova do Ceira. Estima-se que, nos últimos censos, a população concelhia rondaria os 4.260 habitantes, a maioria concentrada na sede de concelho.

O Vale do Ceira atravessa a quase totalidade do Concelho de Góis e este encontra-se delimitado e separado da Beira Serra Interior pelas serras da Lousã e do Acor, desenvolvendo-se numa vasta área territorial com cerca de 263 km². O relevo do concelho é muito acidentado, destacando-se as elevações da Serra da Neve, que atinge os 1131 m, e da Serra do Penedo, com 1043 m de altitude – o imponente afloramento quartzítico do período do Ordovício, vulgarmente designado por Penedos de Góis, certamente um dos mais soberbos miradouros naturais do centro do país. O principal rio da região é o Ceira, afluente do Mondego que corre pelo Concelho e pela Vila de Góis. Outros cursos de água a destacar são o Rio Sótão, que nasce na Serra da Neve e as ribeiras do Sinhel, de Á dela, da Roda, de Unhais, de Mega, da Foz e de Celavisa.

Na área do concelho mais aplanada, próxima dos cursos fluviais, os campos férteis são propícios à exploração agrícola. Nas zonas mais acidentadas pelo relevo, a população dedica-se, essencialmente, à exploração agropecuária e florestal. Os habitantes da serra, adaptando-se às escarpas do terreno, criaram muros de sustentação de terras, redes de distribuição de água para rega e outras estruturas de apoio, como lagares, moinhos e pontes, que ainda hoje se encontram em uso, em muitas zonas do concelho.



Relatório e Documentos Previsionais de 2018

9

A paisagem natural do Concelho de Góis encontra-se marcada pela presença do Rio Ceira, dos Penedos de Góis e da Serra da Lousã; pela biodiversidade e qualidade ambiental. Esse potencial ambiental deverá ser valorizado no âmbito do turismo e das atividades de lazer, complementado pelos elementos patrimoniais construídos, com destaque para as aldeias do xisto inseridas na *Rede das Aldeias do Xisto* (Aigra Nova, Aigra Velha, Comareira e Pena), um “produto” turístico de qualidade, cuja visibilidade permite a promoção integrada e sustentável dos recursos patrimoniais.

Nos últimos anos tem-se verificado um conjunto de ações e investimentos para permitir que Góis ofereça aos seus habitantes e visitantes um moderno Parque de Campismo, uma Área de Serviço de Autocaravanas, as Praias Fluviais, bem como equipamentos municipais que proporcionam o acesso ao património cultural do Concelho de Góis, nomeadamente o Centro de Referência da Memória Goiense, a Casa da Cultura de Góis e a Coleção Museológica.

O Concelho de Góis é predominantemente silvícola e rural, caracterizando-se por uma agricultura e pastorícia de subsistência, que persistem na atualidade, complementadas com outras atividades económicas. Nas zonas industriais (Góis, Vila Nova do Ceira e Cortes-Alvares), encontramos empresas com atividade económica diversa, tal como: alumínio, cerâmica, candeeiros, mármores, serralharia, entre outras. O artesanato e os produtos endógenos, também assumem algum potencial económico e complementar da economia de muitas famílias.

O isolamento geográfico do concelho, associado a uma deficiente rede viária, tem contribuído, sobretudo desde os anos 50, para um contínuo despovoamento da região. Nesse âmbito, o Concelho de Góis, bem como a grande maioria dos concelhos de interior do nosso país, vive o estigma da desertificação, que urge combater, designadamente através de estratégias de desenvolvimento, especialmente nos setores turístico e industrial.

Para atenuar a problemática das acessibilidades é absolutamente necessário investimento, tanto na rede viária municipal, como nas infraestruturas rodoviárias da responsabilidade da Administração Central. São exemplos disso a requalificação da EN342 (Troço Lousã-Góis-Arganil), a melhoria da EN2 e uma ligação ao IP3, que garanta uma maior atratividade ao concelho e à região, em matéria de desenvolvimento económico, comercial, empresarial, e sem esquecer as pessoas.



Relatório e Documentos Previsionais de 2018

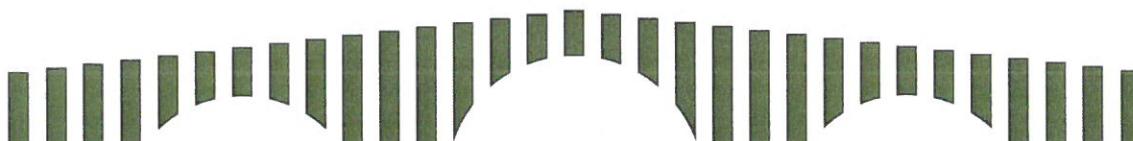
10

2.3.2. ANÁLISE SWOT

- Pontos Fortes e Pontos Fracos

Contexto Interno

\PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none">- Existência de paisagem natural muito rica (Penedo de Góis, Rio Ceira, Ribeira do Sinhel, ...);- Qualidade ambiental;- Riqueza do património histórico e arqueológico;- Envolvimento na Rede de Aldeias do Xisto;- Localização entre dois importantes eixos do sistema urbano nacional: Covilhã-Fundão-Castelo Branco e Coimbra-Leiria;- Realização de eventos culturais e desportivos que atraem milhares de visitantes;- Possibilidade de prática de caça e pesca em áreas vocacionadas para esse fim;- Investimento no desenvolvimento da Fileira Caprina;- Potencialidades florestais;- Potencialidades para a produção de energias renováveis;- Existência de várias indústrias espacialmente distribuídas, ligadas à transformação dos produtos da floresta;- Existência de equipamentos, nomeadamente culturais;- Aposto na criação, da parte de privados, de espaços museológicos, motores de divulgação da história e tradições locais;- Presença de recursos turísticos de qualidade vocacionados para diversos segmentos como turismo de natureza, turismo ativo, touring cultural e paisagístico e turismo gastronómico;- Valorização do património arquitetónico classificado existente;- Implementação de rede de percursos pedestres (PR) no concelho, certificados e homologados.	<ul style="list-style-type: none">- Excessiva dispersão do povoamento;- Recessão demográfica na generalidade das freguesias;- Progressivo envelhecimento populacional;- Baixo nível de escolarização dos recursos humanos;- Deficientes acessibilidades;- Expressão reduzida de solos com aptidão agrícola;- Ausência de métodos e processos recorrentes de recolhas de resíduos florestais;- Movimento associativo dos produtores incipiente;- Extensão de área florestal bastante danificada pelos incêndios florestais;- Fragilidade do tecido empresarial;- Debilidades ao nível do serviço prestado pelos transportes públicos dentro do concelho;- Dificuldade na afirmação da capacidade empreendedora, sobretudo jovem;- Património natural, cultural e imaterial em risco de degradação e/ou perda irreparável;- Fraca aposta na gastronomia local.



- Ameaças e Oportunidades

Contexto Externo

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> - Expansão da Rede das Aldeias do Xisto: aldeias de interesse turístico e outro património existente, criando alojamento turístico, museus de temática rural e postos de venda e atendimento; - Valorizar e promover o enorme potencial paisagístico do Concelho; - Proteção e certificação das produções resultantes da caprinocultura (queijos, ...); - Racionalização do uso e exploração dos recursos florestais enquanto atividade altamente rentável, a que é necessário dar sustentabilidade futura; - Mobilização e operacionalização da Associação de Produtores Florestais; - Criação de novos empregos/fixação da população; - Reforço da rede de informação turística e sua complementaridade territorial; - Introdução de novas atividades turísticas com o reforço da qualidade dos serviços prestados ao nível da animação turística; - Apostila nacional na educação e formação; - Aumento da procura do turismo de natureza; - Novo quadro comunitário Portugal 2020. 	<ul style="list-style-type: none"> - Debilidade económica do país; - Concorrência de outros municípios com maior potencial de captação de investimento; - Excessiva dispersão do povoamento, com consequência na construção/beneficiação de infraestruturas; - Atraso na construção da Variante à EN342, gerando problemas nas acessibilidades intra e interterritorial; - Progressiva degradação do património, em resultado do continuado abandono por parte das populações de algumas aldeias rurais; - Insuficiente promoção da denominação e das potencialidades turísticas da região, utilizando canais e meios que ofereçam melhores retornos; - Impacto da crise nacional/internacional na procura turística.



2.3.3. INDICADORES CONCELHOS

Indicadores	
Área (Km ²)	263,30
Freguesias (nº)	4
População residente (hab.) – Censos 2011	4.260
População residente (H) – Censos 2011	2.003
População residente (M) – Censos 2011	2.257
Variação populacional (2001-2011)	-12,36 %
Densidade populacional (hab/Km ²) – Censos 2011	16,18
Nº Famílias – Censos 2011	1.792
Nº Alojamentos – Censos 2011	5.176
Nº Edifícios – Censos 2011	4.934

Fonte: INE (Censos 2011) e CCDRC

2.3.4. IMPACTO DO ORÇAMENTO DE ESTADO NO ORÇAMENTO MUNICIPAL

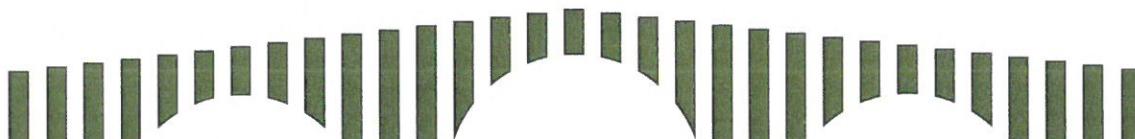
2.3.4.1. PARTICIPAÇÃO NOS IMPOSTOS DO ESTADO³

A Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2018 estabelece um valor maior ao apresentado na Lei do Orçamento de Estado para 2017 da participação do Município de Góis nos impostos do Estado, conforme discriminado no quadro seguinte:

Fundos do OE	2017	2018	Variação	
			Valor	%
Fundo de Equilíbrio Financeiro Corrente	4.072.660	4.131.082	58.422	1,43
Fundo Social Municipal	74.804	74.804	0	0,00
Participação no IRS	33.522	36.068	2.546	7,60
Fundo de Equilíbrio Financeiro de Capital	452.518	459.009	6.491	1,43
Total	4.633.504	4.700.963	67.459	1,46

Fonte: Mapa XIX da Lei do Orçamento do Estado para 2017 e Mapa XIX da proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2018

³ Neste ponto do Relatório, a análise comparativa dos valores entre o ano em questão e o ano anterior não é efetuada tendo por base os valores constantes no orçamento inicial de 2017 (orçamento corrigido de 2015 à data de 31.12.2016), conforme referido nas Disposições Iniciais do presente relatório, mas sim pelos valores constantes no Orçamento de Estado de 2017 e efetivamente recebidos e a receber ao longo do ano de 2017.



Relatório e Documentos Previsionais de 2018

13

Verifica-se assim que em 2018 os fundos provenientes do Orçamento de Estado irão ter um acréscimo relativamente ao ano anterior, o que corresponde a um aumento mensal de cerca de 5.600 € comparativamente ao ano de 2017.

Convém ressalvar que, com as sucessivas diminuições que existiram em 2010, 2011, 2012 e 2014, dos fundos provenientes do Orçamento de Estado, embora com uma estagnação em 2013 e um aumento em 2015, 2016 e 2017, o Município de Góis irá receber um montante, a título de participação nos impostos de Estado, mais reduzido que o montante recebido em 2009 (4.793.270 €).

Assinatura



3. ORÇAMENTO

3.1. ESTRUTURA ORÇAMENTAL

3.1.1. RECEITA

3.1.1.1. DESCRIÇÃO

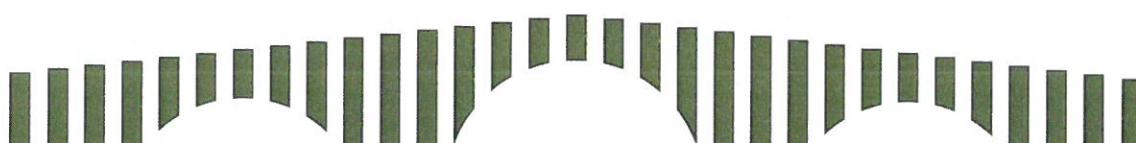
O valor total do orçamento da receita é de 12.614.500 €, sendo que as transferências correntes e as transferências de capital assumem o maior peso, representando 39,37% e 39,26%, respetivamente. Ainda com um peso bastante significativo destacam-se as receitas provenientes dos rendimentos de propriedade (6,71%) e dos impostos diretos (4,28%).

Os impostos, taxas e a venda de bens e a prestação de serviços correntes representam no seu conjunto, 10,82%.

Para o ano de 2018, as receitas resultantes do recurso ao crédito não são consideradas, uma vez que, estando a decorrer a contratação de um empréstimos a médio e longo prazo, apenas pode ser considerado, em termos de receita, após a sua contratação efetiva .

Note-se a preponderância largamente maioritária no orçamento municipal das transferências, as quais representam 78,63% do total orçado, sendo ainda de assinalar que as receitas correntes representam cerca de 58,15% das receitas totais, em contraponto com os 41,85% registados nas receitas de capital.

No ano em análise o total de receitas de capital aproxima-se do valor das receitas correntes, justificado, principalmente, pelo aumento das Transferências de Capital, conforme esclarecimento referido no ponto 3.2.1 do presente relatório.



Relatório e Documentos Previsionais de 2018

15

3.1.1.2. QUADRO (ESTRUTURA DA RECEITA)

Descrição da Receita	2018	(%)
Impostos diretos (1)	539.788	4,28
Impostos indiretos (2)	29.736	0,24
Taxas, multas e outras pen. (3)	320.279	2,54
Rendimentos de prop. (4)	846.500	6,71
Transf. correntes (5)	4.966.363	39,37
Venda bens/serv. correntes (6)	474.765	3,76
Outras receitas correntes (7)	158.069	1,25
Venda bens investimento (8)	302.077	2,39
Transf. capital (9)	4.952.114	39,26
Ativos financeiros (10)	7.500	0,06
Passivos financeiros (11)	100	0,00
Outras receitas de capital (12)	2.209	0,02
Rep não abatidas pagamentos (13)	15.000	0,12
Total das receitas correntes	7.335.500	58,15
Total das receitas de capital	5.279.000	41,85
TOTAIS	12.614.500	100

Uni: Euro

3.1.1.3. GRÁFICO (ESTRUTURA DA RECEITA)

O presente gráfico considera os seguintes pressupostos, obtidos por relação ao quadro da estrutura da receita apresentado no ponto anterior:

$$\text{Impostos e taxas} = (1) + (2) + (3)$$

$$\text{Transferências correntes} = (5)$$

$$\text{Outras receitas correntes} = (4) + (6) + (7)$$

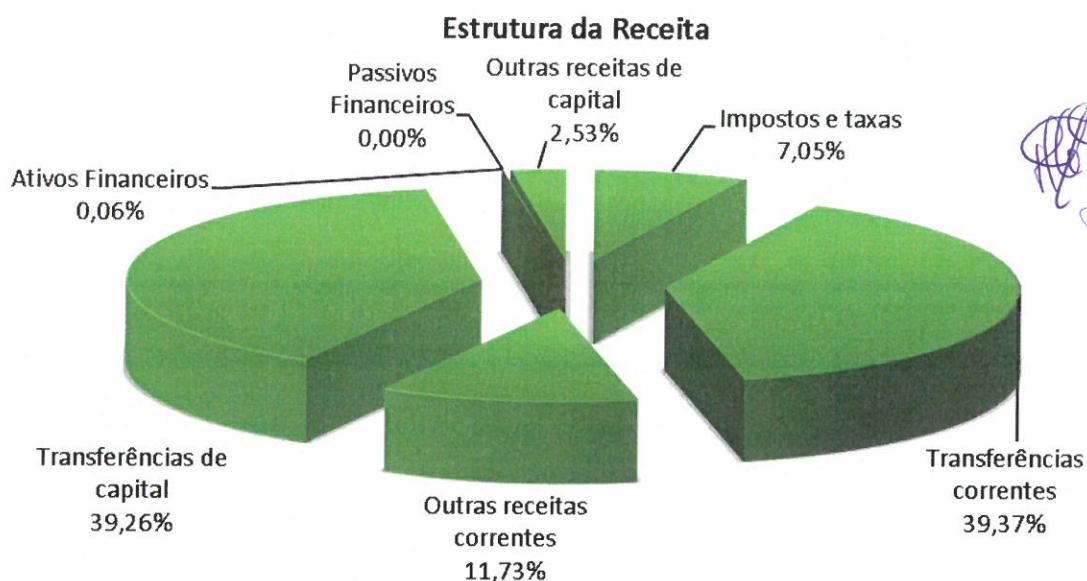
$$\text{Transferências de capital} = (9)$$

$$\text{Ativos financeiros} = (10)$$

$$\text{Passivos Financeiros} = (11)$$

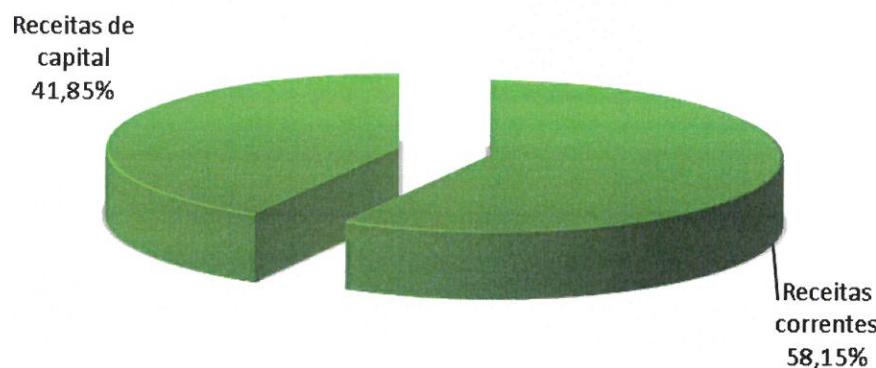
$$\text{Outras receitas de capital} = (8) + (12) + (13)$$





3.1.1.4. GRÁFICO (ESTRUTURA DA RECEITA - RESUMO)

Estrutura da Receita - Resumo

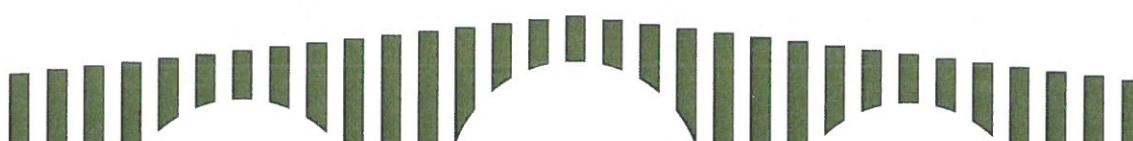


3.1.2. DESPESA

3.1.2.1. DESCRIÇÃO

Do total do orçamento da despesa, que totaliza o montante de 12.614.500 €, a aquisição de bens de capital (aquisição de bens de investimento, locação financeira e bens de domínio público) tem uma forte preponderância, visto significar 49,57%, sendo particularmente representativa a componente reportada aos bens de domínio público.

Ao nível das despesas correntes, destacam-se as despesas relacionadas com o pessoal que representam 23,40% do total das despesas.



Relatório e Documentos Previsionais de 2018

17

As despesas relacionadas com aquisição de bens e serviços representam no seu cômputo 17,22%, sendo a sua representatividade individual respetivamente, de 3,35% e 13,87%.

No âmbito do apoio a entidades terceiras (públicas e privadas), constata-se a afetação de 5,24% do orçamento da despesa às transferências correntes e de capital concedidas.

É ainda de salientar que, ao inverso dos anos anteriores, as despesas de capital superam as despesas correntes, em cerca de 8 pontos percentuais, sendo o peso da despesa corrente no total do orçamento de 45,93% contra os 54,07% da despesa de capital.

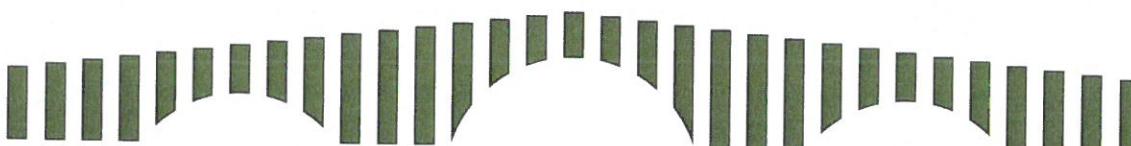
Comparativamente com o orçamento da receita denota-se que a receita corrente é superior à despesa corrente, o que significa que existe uma poupança corrente que se traduz no facto de parte da despesa de capital ser coberta por receita corrente (12,22%).

3.1.2.2. QUADRO (ESTRUTURA DA DESPESA)

Descrição da Despesa	2018	(%)
Pessoal (1)	2.951.350	23,40
Aquisição de bens (2)	422.850	3,35
Aquisição de serviços (3)	1.750.250	13,87
Juros e outros encargos (4)	19.650	0,16
Transferências correntes (5)	531.050	4,21
Outras despesas correntes (6)	119.000	0,94
Aquis. bens de investimento (7)	1.670.600	13,24
Locação financeira (8)	43.250	0,34
Bens de domínio público (9)	4.540.000	35,99
Transferências de capital (10)	130.500	1,03
Ativos Financeiros (11)	38.909	0,31
Passivos financeiros (12)	384.000	3,04
Outras despesas de capital (13)	13.091	0,10
Total das despesas correntes	5.794.150	45,93
Total das despesas de capital	6.820.350	54,07
TOTAIS	12.614.500	100

UNI: EURO

De referir que, em consonância com o disposto no nº3, do artigo 42º, do RFALEI, o orçamento municipal apresenta o total das responsabilidades financeiras resultantes de compromissos plurianuais, que, de acordo com os registos na base de dados em uso neste Município (Sistema de Contabilidade Autárquica) à data da elaboração do orçamento, ascendiam, para 2018, a 1.152.252,13 €.



Relatório e Documentos Previsionais de 2018

18

3.1.2.3. GRÁFICO (ESTRUTURA DA DESPESA)

O presente gráfico considera os seguintes pressupostos, obtidos por relação ao quadro da estrutura da receita apresentado no ponto anterior:

Pessoal = (1)

Aquisição de bens e serviços = (2) + (3)

Transferências correntes = (5)

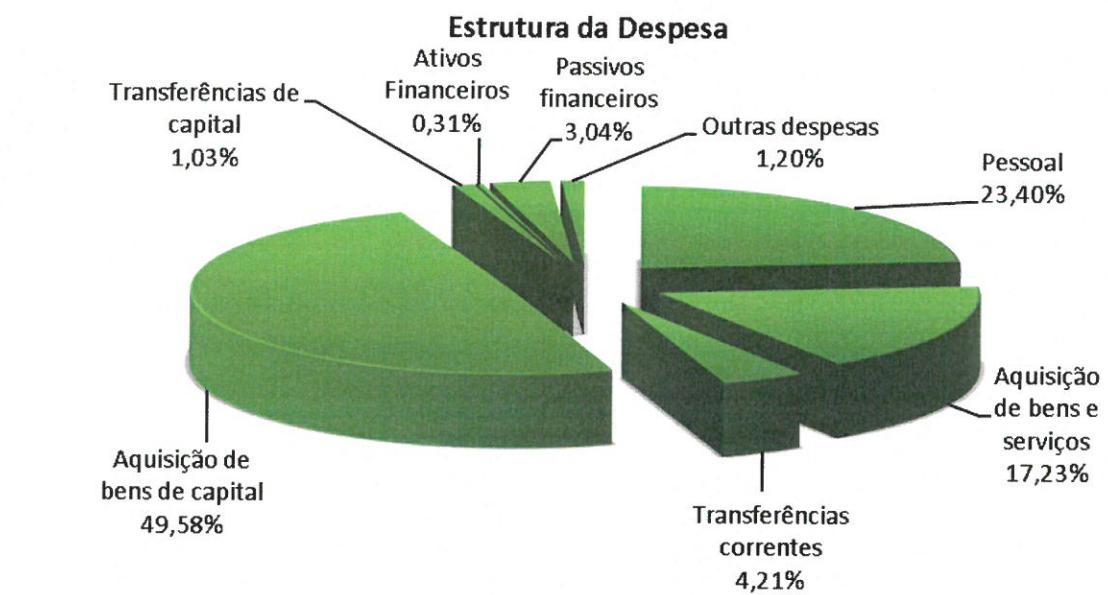
Aquisição de bens de capital = (7) + (8) + (9)

Transferências de capital = (10)

Ativos financeiros = (11)

Passivos financeiros = (12)

Outras despesas = (4) + (6) + (13)



3.1.2.4. GRÁFICO (ESTRUTURA DA DESPESA - RESUMO)



3.2. ESPECIFICAÇÕES DO CLASSIFICADOR ECONÓMICO E EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO

3.2.1. ORÇAMENTO DA RECEITA

Resumo dos valores das rubricas da receita de acordo com a sua natureza:

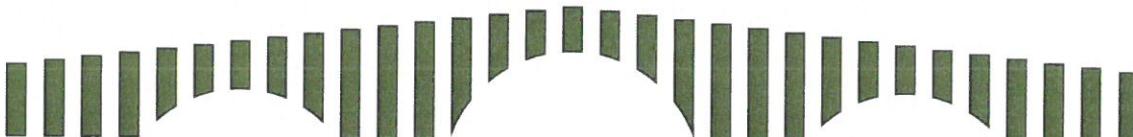
■ Impostos Diretos: 539.788 €

Compreende as receitas provenientes dos impostos municipais estabelecidos no RFALEI, designadamente o imposto municipal sobre imóveis (IMI), o imposto único de circulação (IUC), imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT) e a derrama.

O cálculo dos montantes a considerar neste capítulo obedece às regras previsionais do ponto 3.3.1. alínea a) do POCAL, que refere que *"as importâncias relativas aos impostos, taxas e tarifas a inscrever no orçamento não podem ser superiores a metade das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses que precedem o mês da sua elaboração, exceto no que respeita a receitas novas ou a atualizações dos impostos, bem como dos regulamentos das taxas e tarifas que já tenham sido objeto de deliberação, devendo-se, então, juntar ao orçamento os estudos e ou análises técnicas elaborados para determinação dos seus montantes"*.

Os impostos e taxas referidos são os Impostos Diretos (capítulo 01) e Indiretos (capítulo 02), as Taxas, Multas e Outras Penalidades (capítulo 04) e a Venda de Bens e Serviços (capítulo 07.01 e 07.02).

Ao nível dos impostos diretos e após aplicação das regras previsionais referidas anteriormente para este capítulo, o orçamento apresenta uma diminuição em 2018 de 16,14%, face ao valor estabelecido tanto no orçamento inicial como no corrigido de 2017 (à data de 31 de outubro). Relativamente ao IMI, regista-se uma diminuição de 18,42% (93.757 €). No que respeita ao IMT, prevê-se também uma diminuição de cerca de 8,60% (6.793 €) em relação ao valor inscrito em

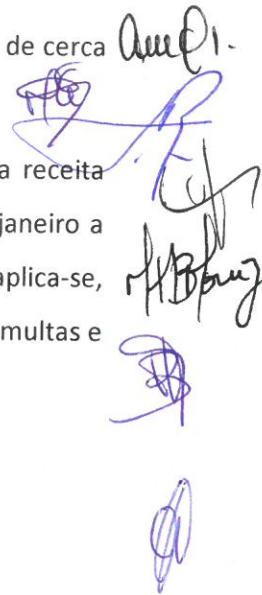


Relatório e Documentos Previsionais de 2018

20

2017. Para o IUC prevê-se, no orçamento municipal para 2018, também uma diminuição de cerca *Ano 1.* de 6% face ao valor considerado no orçamento do ano anterior.

As importâncias consideradas no orçamento de 2018 abrangem a média aritmética da receita cobrada no período de novembro a dezembro de 2015, o ano de 2016 e os meses de janeiro a outubro de 2017 (24 meses) e são as que constam no quadro seguinte. Esta regra aplica-se, conforme já referido, tanto aos impostos diretos, como aos impostos indiretos, às taxas, multas e outras penalidades e à venda de bens e serviços correntes.



Relatório e Documentos Previsionais de 2018

21

Cap	Grup	Art	Subart	Rub	DESIGNAÇÃO	01.11.2015 a 31.12.2015	01.01.2016 a 31.12.2016	01.01.2017 a 31.10.2017	Média aritmética simples (a)	Dotação para 2018 Obs
RECEITAS CORRENTES										
01					Impostos diretos	118.616,12	526.509,17	434.348,36	539.736,83	539.788,00
01	02				Outros	118.616,12	526.509,17	434.348,36	539.736,83	539.788,00
01	02	02			Imposto municipal sobre imóveis	102.310,83	400.678,14	327.726,69	415.357,83	415.358,00
01	02	03			Imposto único de circulação	11.558,16	71.775,38	61.039,66	72.186,60	72.187,00
01	02	04			Imposto municipal sobre as transações onerosas de imóveis	4.747,13	54.055,65	45.582,01	52.192,40	52.193,00
01	02	99			Impostos diretos diversos	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00 b)

(a) Média aritmética simples das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses que precedem à elaboração do orçamento.

(b) Dotada para abrir a rubrica.

Relatório e Documentos Previsionais de 2018

22

■ Impostos Indiretos – 29.736 €

Compreende as receitas que recaem exclusivamente sobre o setor produtivo, incidindo sobre a produção, a venda, a compra ou a utilização de bens e serviços. Consideram-se igualmente as receitas que revestem a forma de taxas, licenças, emolumentos ou outras semelhantes por unidades empresariais, nomeadamente as respeitantes a mercados e feiras, loteamentos e obras, ocupação de via pública, publicidade e saneamento.

Os valores apresentados indicam um significativo acréscimo face às previsões de 2017, em aproximadamente 131%.

As regras previsionais aplicadas a este capítulo são as explanadas nos Impostos Diretos.



Relatório

e Documentos Previsionais de 2018

23

Cap	Grup	Art	Subart	Rub	DESIGNAÇÃO	01.11.2015	01.01.2016	01.01.2017	Média aritmética simples (a)	Dotação para 2018	Só o que é de real iza ção
						a 31.12.2015	a 31.12.2016	a 31.10.2017			
RECEITAS CORRENTES											
02					Impostos indiretos	5.836,42	30.614,98	22.714,42	29.582,91	29.736,00	
02	02				Outros	5.836,42	30.614,98	22.714,42	29.582,91	29.736,00	
02	02	06			Impostos indiretos específicos das autarquias locais	5.836,42	30.614,98	22.714,42	29.582,91	29.736,00	
02	02	06	01		Mercados e feiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	b)
02	02	06	02		Loteamentos e obras	4,10	1.275,51	343,28	811,45	812,00	
02	02	06	03		Ocupação da via pública	37,10	139,33	78,62	127,53	128,00	
02	02	06	05		Publicidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	b)
02	02	06	99		Outros	5.795,22	29.200,14	22.292,52	28.643,94	28.696,00	
02	02	06	99	01	TMDP	0,00	0,00	948,40	474,20	475,00	
02	02	06	99	02	TDFTH	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	b)
02	02	06	99	05	Taxa de Gestão de Resíduos - TGR	35,85	121,07	117,21	137,07	138,00	c)
02	02	06	99	99	Outros	5.759,37	29.079,07	21.226,91	28.032,68	28.033,00	c)

(a) Média aritmética simples das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses que precedem à elaboração do orçamento.

(b) Dotada para abrir a rubrica.

(c) Parte do montante a prever para a rubrica 020206999 - Impostos indiretos - Outros - Taxa de Gestão de Resíduos - TGR, em virtude da atualização do plano de contas do Município (receita e despesa), em consonância com a alteração do plano de contas a vigorar em 2017 estipulado pela Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL).

Relatório e Documentos Previsionais de 2018

24

■ Taxas, Multas e Outras Penalidades – 320.279 €

Compreende as receitas com taxas, onde se incluem os pagamentos dos particulares em contrapartida da emissão de licenças e a prestação de serviços, nos termos da lei, não havendo qualquer relação de valor entre os aludidos pagamentos e o custo de serviço prestado. Incluem-se neste capítulo as cobranças a particulares relativas a mercados e feiras, loteamentos e obras, ocupação da via pública e saneamento. Englobam-se ainda as receitas provenientes da aplicação de multas pela transgressão da lei, posturas e outros regulamentos.

As previsões para 2018 implicam um aumento de 23,65%, face às registadas em 2017.

As regras previsionais aplicadas a este capítulo são as que constam nos impostos diretos.

Relatório e Documentos Previsionais de 2018

e Documentos Previsionais de 2018

(a) Média aritmética simples das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses que precedem à elaboração do orçamento.

Cap	Grup	Art	Subart	Rub	DESIGNAÇÃO	01.11.2015	01.01.2016	01.01.2017	Média aritmética simples (a)	Dotação para 2018	S ^a O Geral
						a	a	a			
RECEITAS CORRENTES											
04	01	23	02	Taxas, multas e outras penalidades	50.459,16	315.550,46	274.434,93	320.222,28	320.279,00		
04	01	23	03	Taxas	48.702,20	302.287,15	251.174,78	301.082,07	301.137,00		
04	01	23	04	Taxas específicas das autarquias locais	48.702,20	302.287,15	251.174,78	301.082,07	301.137,00		
04	01	23	05	Loteamentos e obras	213,42	3.484,58	4.074,57	3.886,29	3.887,00		
04	01	23	06	Ocupação da via pública	30,94	620,44	385,75	518,57	519,00		
04	01	23	07	Caça, uso e porte de arma	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	b)
04	01	23	08	Saneamento	15.739,74	100.865,63	83.964,31	100.284,84	100.285,00		
04	01	23	09	Outras	32.718,10	197.316,50	162.750,15	196.392,38	196.396,00		
04	01	23	99	01	TDFTH	0,00	0,00	20,40	10,20	11,00	
04	01	23	99	02	Taxa de emissão do certificado de registo	0,00	4,95	103,81	54,38	55,00	
04	01	23	99	03	Taxa de disponibilidade	29.545,37	183.113,70	152.807,81	182.733,44	182.734,00	
04	01	23	99	05	Taxa de Gestão de Resíduos - TGR	333,35	1.374,74	1.682,53	1.695,31	1.696,00	d)
04	01	23	99	06	Outras	2.839,38	12.823,11	8.135,60	11.899,05	11.900,00	
04	02	01	99	03	Multas e outras penalidades	1.756,96	13.263,31	23.260,15	19.140,21	19.142,00	
04	02	02	99	04	Juros de mora	903,40	3.246,01	18.353,32	11.251,37	11.252,00	
04	02	02	99	05	Juros compensatórios	65,84	666,00	373,88	552,86	553,00	
04	02	04	99	06	Coimas e penalidades por contraordenações	88,47	4.216,24	682,82	2.493,77	2.494,00	
04	02	99	99	07	Multas e penalidades diversas	699,25	5.135,06	3.850,13	4.842,22	4.843,00	

(b) Dotada para abrir a rubrica.

(d) Parte do montante a prever para a rubrica 0401239905 - Taxas - Outras passou para a classificação 0401239999 - Taxas de Gestão de Resíduos - TGR, em virtude da atualização do plano de contas do Município (receita e despesa), em consonância com a alteração do plano de contas a vigorar em 2017 estipulado pela Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL).

Relatório e Documentos Previsionais de 2018

26

■ Rendimentos de Propriedade – 846.500 €

Compreende as receitas provenientes do rendimento de ativos financeiros (depósitos bancários, títulos e empréstimos) e rendas de ativos não produtivos, nomeadamente terrenos e ativos incorpóreos (direitos de autor, patentes e outros).

Nas receitas esperadas para este capítulo estão contempladas, entre outras, a renda de concessão da EDP, as rendas dos Parques Eólicos e dos Centros Eletrocutores da Central do Cabril. Também se teve em consideração a receita proveniente dos parques eólicos na sequência do protocolo assinado entre os Municípios de Góis e da Pampilhosa da Serra.

O valor previsto para 2018 relativamente ao orçado no ano de 2017 teve um incremento de 9,94% (76.500 €).

■ Transferências Correntes – 4.966.363 €

Entende-se por transferência corrente os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afetação preestabelecida.

Este capítulo, assim como o capítulo 10 (Transferências de capital), que será tratado mais à frente, obedecem às regras previsionais do POCAL. O ponto 3.3.1., alínea b), deste diploma estabelece que *“as importâncias relativas às transferências correntes e de capital só podem ser consideradas no orçamento desde que estejam em conformidade com a efetiva atribuição ou atribuição da entidade competente, exceto quando se trate de receitas provenientes de fundos comunitários, em que os montantes das correspondentes dotações de despesa, resultantes de uma previsão superior ao da receita de fundo comunitário aprovado, não podem ser utilizadas como contrapartida de alterações orçamentais para outras dotações”*.

No que concerne às receitas desta natureza, prevê-se um aumento global de 7,12%, em que:

- Os fundos provenientes da participação nos impostos de Estado para 2018 sofreram um aumento de 1,46% (60.968 €), comparativamente aos montantes indicados no Orçamento de Estado para 2017, conforme justificação exposta no ponto 2.3.4.1 do presente Relatório. Quando comparados com o orçamento inicial de 2017, o aumento dos fundos provenientes da participação nos impostos de Estado para 2017 é de 6,86% (272.380 €).

Relatório e Documentos Previsionais de 2018

27

- As outras transferências provenientes da Administração Central sofreram um acréscimo de ~~8,66%~~^{1.}

As previsões consideradas neste capítulo para elaboração do Orçamento de 2018 são as seguintes:

Fundo de equilíbrio financeiro

4.131.082

Fundo social municipal

74.804

Participação variável do IRS

36.068

Outras da Administração Central

593.727

Comparticipação das refeições escolares dos alunos 1º ciclo (ano letivo 2017/2018 + ano letivo 2018/2019)

6.000

Programa de atividades de enriquecimento curricular no 1º ciclo (ano letivo 2017/2018)

17.000

Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) (ano letivo 2017/2018)

17.000

Contrato de execução (transferência de competências do pessoal não docente EB 2-3 de Góis e Residência de Estudantes)

310.000

Contrato de execução (transferência de competências gestão/funcionamento da Residência) (anos anteriores)

51.827

Contrato de execução (transferência de competências gestão/funcionamento da Residência) (2014)

22.000

Contrato de execução (transferência de competências gestão/funcionamento da Residência) (2015)

22.000

Contrato de execução (transferência de competências gestão/funcionamento da Residência) (2016)

22.000

Contrato de execução (transferência de competências gestão/funcionamento da Residência) (2017)

22.000

Recenseamento Eleitoral

200

Gabinete Técnico Florestal - FFP (2017)

16.900

Comissão de Proteção de Menores (2º sem/2017 e ano 2018)

18.000

Contratos Emprego-Inserção +/Estágios (IEFP)

18.000

GIP - Gabinete de Inserção Profissional (2017/2018)

4.000

Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior (90%)

46.800

Participação Comunitária em Projetos Cofinanciados

130.682

Estágios PEPAL (100%)

29.860

Levantamento cadastral das infraestruturas de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais do Município de Góis (85%)

90.167

Estruturas de Animação Permanente (85%)

2.655

Estabilização de Emergência Pós-Incêndio - Freguesia de Alvares (100%)

8.000



Relatório e Documentos Previsionais de 2018

28

■ Venda de Bens e Serviços Correntes – 474.765 €

Neste capítulo incluem-se, as receitas quer com o produto da venda dos bens, inventariados ou não, que inicialmente não tenham sido classificados como bens de capital ou de investimento, quer ainda com os recebimentos de prestações de serviços. Abrange ainda as receitas provenientes do arrendamento de casas ou outros edifícios para fins habitacionais ou outros.

Relativamente ao ano de 2018, este capítulo apresenta um aumento de cerca de 2% comparativamente ao orçamento inicial de 2017. A maior predominância nestas receitas é registada pela venda de água (produtos acabados e intermédios), seguida da prestação do serviço de resíduos sólidos e das rendas provenientes nomeadamente de habitações e de outros equipamentos propriedade do Município sob gestão de terceiros e ainda os serviços desportivos prestados.

Também este capítulo, mais concretamente no que respeita aos grupos 0701 – Venda de bens e 0702 – Serviços, obedece às regras previsionais descritas nos impostos diretos.

Cap	Grup	Art	Subart	Rub	DESIGNAÇÃO	01.11.2015	01.01.2016	01.01.2017	Média aritmética simples (a)	Dotação para 2018	is o Queda
						a	a	31.12.2016			
RECEITAS CORRENTES											
07	01	01	02	Venda de bens e serviços correntes	71.612,64	403.219,49	309.884,48	392.358,31	392.765,00		
				Venda de bens	32.902,74	182.303,59	137.692,00	176.449,17	176.750,00		
				Livros e documentação técnica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	b)
				Publicações e impressos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	b)
				Bens inutilizados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	b)
				Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	b)
				Desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	
				Sucata	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	b)
				Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	b)
				Produtos acabados e intermédios	32.882,74	179.928,85	135.183,22	173.997,41	173.998,00		
				Outros	32.882,74	179.928,85	135.183,22	173.997,41	173.998,00		
				Outros	20,00	2.374,74	2.508,78	2.451,76	2.452,00		
				Serviços	38.709,90	220.915,90	172.192,48	215.909,14	216.015,00		
				Aluguer de espaços e equipamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	b)
				Serviços sociais, recreativos, culturais e de desporto	12,48	9.638,01	4.142,55	6.896,52	6.897,00		
				Serviços desportivos	12,48	9.638,01	4.142,55	6.896,52	6.897,00		
				Serviços específicos das autarquias	30.901,91	181.778,53	148.557,47	180.618,96	180.674,00		
				Saneamento	119,02	260,39	119,00	249,21	250,00		
				Resíduos sólidos	23.864,28	147.206,95	119.046,30	145.058,77	145.059,00		

Relatório

e Documentos Previsionais de 2018

30

Cap	Grup	Art	Subart	Rub	DESIGNAÇÃO	01.11.2015	01.01.2016	01.01.2017	Média aritmética simples (a)	Dotação para 2018	sg O
						a	a	a			
RECEITAS CORRENTES											
07	02	09	03		Transportes coletivos de pessoas e mercadorias	4.553,27	22.716,83	17.656,61	22.463,36	22.465,00	(000,00)
07	02	09	03	02	Transportes escolares	4.374,60	21.749,06	16.866,39	21.495,03	21.496,00	
07	02	09	03	99	Outros	178,67	967,77	790,22	968,33	969,00	
07	02	09	04		Trabalhos por conta de particulares	1.349,46	6.749,12	6.740,42	7.419,50	7.420,00	
07	02	09	05		Cemitérios	837,20	4.038,52	3.872,39	4.374,06	4.375,00	
07	02	09	06		Mercados e feiras	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	b)
07	02	09	99		Outros	178,68	806,72	1.122,75	1.054,08	1.055,00	
07	02	99			Outros	7.795,51	29.499,36	19.492,46	28.393,67	28.394,00	
07	02	99	99		Outros	7.795,51	29.499,36	19.492,46	28.393,67	28.394,00	

(a) Média aritmética simples das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses que precedem à elaboração do orçamento.

(b) Dotada para abrir a rubrica.

W. P. P. Menezes

W. P. P. Menezes



Relatório e Documentos Previsionais de 2018

31

■ Outras Receitas Correntes – 158.069 €

Rubrica de natureza residual. Onde se incluem as receitas não enquadradas nos capítulos anteriores, como as receitas provenientes de indemnizações e recuperação do IVA.

Contrariamente ao ano anterior, tem um acréscimo de 72,09%.

■ Venda de Bens de Investimento – 302.077 €

Compreende os rendimentos provenientes da alienação, a título oneroso, de bens de capital que na aquisição ou construção tenham sido contabilizados como investimento. Consideram-se neste capítulo as vendas de bens de capital (terrenos, habitações, edifícios ou outros bens de investimento) em qualquer estado, inclusive os que tenham ultrapassado o período de vida útil.

Ao nível destas receitas projeta-se uma variação positiva de cerca de 362%, quando efetuada comparação com o valor definido no orçamento de 2017.

O valor constante do orçamento de 2018 é repartido por:

- Terrenos – 4.140 €
- Habitações – 805 €
- Edifícios – 14.132 €
- Outros bens de investimento – 283.000 €

Também neste capítulo (no que respeita às classificações 0901 – Venda de bens de investimento – Terrenos, 0902 – Venda de bens de investimento – Habitações e 0903 - Venda de bens de investimento – Edifícios) foi considerada a regra preisional constante no artigo 83º da Lei do Orçamento de Estado de 2017 (Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro) que refere que “os municípios não podem, na elaboração dos documentos preisionais para 2018, orçamentar receitas respeitantes à venda de bens imóveis em montante superior à média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de bens imóveis nos últimos 36 meses que precedem o mês da sua elaboração” e que “a receita orçamentada a que se refere o número anterior pode ser excepcionalmente de montante superior se for demonstrada a existência de contrato já celebrado para a venda de bens imóveis.”.



Relatório

e Documentos Previsionais de 2018

32

Quadr. I.

Cap	Grup	Art	DESIGNAÇÃO	01.11.2014	01.01.2015	01.01.2016	01.01.2017	Média aritmética simples (a)	Dotação para 2018 (b)
				a 31.12.2014	a 31.12.2015	a 31.12.2016	a 31.10.2017		
RECEITAS CAPITAL									
09			Venda de bens de investimento	0,00	1.145,46	1.192,43	21.731,76	4.089,50	19.077,00
09	01		Terrenos	0,00	953,50	0,00	11.315,00	4.089,50	4.140,00
09	01	01	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	0,00	953,50	0,00	11.315,00	4.089,50	4.090,00
09	01	10	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00
09	02		Habitações	0,00	191,96	1.192,43	1.028,76	804,38	805,00
09	02	10	Famílias	0,00	191,96	1.192,43	1.028,76	804,38	805,00
09	03		Edifícios	0,00	0,00	0,00	9.388,00	3.129,33	14.132,00
09	03	01	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	0,00	0,00	0,00	9.388,00	3.129,33	14.082,00
09	03	10	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00

(a) Média aritmética simples das cobranças efetuadas nos últimos 36 meses que precedem à elaboração do orçamento.

(b) Dotada para abrir a rubrica.

(c) Foi considerada na dotação de 2018 o valor da prestação anual relativa à venda do Lote 1 da Zona Industrial de Góis à empresa Vicente & Vicente - Indústria de Iluminação e Decoração, Lda. (escritura de compra e venda de 11.12.2013).

Relatório e Documentos Previsionais de 2018

■ Transferências de Capital – 4.952.114 €

Compreende os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas de capital. Inclui ainda, cauções e depósitos de garantia que revertam a favor da entidade, assim como heranças jacentes e outros valores prescritos ou abandonados.

No que respeita às receitas desta natureza, constata-se um notável acréscimo que ronda os 320% de 2017 para 2018, que é justificado pelo aumento da receita originária de novos financiamentos enquadrados no Portugal 2020 e da Administração Central, maioritariamente os financiamentos destinados à recuperação de infraestruturas e equipamentos municipais danificados pelos incêndios de 17 a 24 de junho de 2017 no Concelho de Góis.

O cálculo da receita a considerar neste capítulo também obedece à regra previsional constante do ponto 3.3.1., alínea b), do POCAL (vide Transferências correntes).

Os valores inscritos no orçamento de 2018 provêm principalmente da Administração Central e de Fundos Comunitários, a saber:

Fundo de Equilíbrio Financeiro	459.009
Outras da Administração Central	1.366.458
Fundo de Emergência Municipal - Recuperação de Infraestruturas e equipamentos municipais danificados pelos incêndios de 17 a 24 de junho na Região Centro (Candidatura nº 1 - Tipologia a)) (15%)	144.228
Fundo de Emergência Municipal - Recuperação de Infraestruturas e equipamentos municipais danificados pelos incêndios de 17 a 24 de junho na Região Centro (Candidatura nº 2 - Tipologia c)) (85%)	63.402
Fundo de Emergência Municipal - Recuperação de Infraestruturas e equipamentos municipais danificados pelos incêndios de 17 a 24 de junho na Região Centro - Equipamento urbano complementar (Candidatura n.º 3 - Tipologia f)) (15%)	1.154
Fundo de Emergência Municipal - Recuperação de Infraestruturas e equipamentos municipais danificados pelos incêndios de 17 a 24 de junho na Região Centro (Candidatura nº 4 - Tipologia g)) (15%)	5.730
Fundo de Emergência Municipal - Recuperação de Infraestruturas e equipamentos municipais danificados pelos incêndios de 17 a 24 de junho na Região Centro - Equipamento urbano complementar (Candidatura n.º 5 - Tipologia h)) (15%)	7.155
Fundo de Emergência Municipal - Danos provocados nas infraestruturas rodoviárias municipais na sequência de eventos meteorológicos excepcionais verificados entre 4 e 5, 10 a 12 de janeiro de 2016 e entre 11 e 13 de fevereiro de 2016 (8%)	11.502
Linha de Apoio à Disponibilização de Redes Wi-Fi (90%)	50.000
Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior (90%)	353.200
Protocolo áreas afetadas pelos incêndios ocorridos entre 17 a 24 de junho (100%)	702.099
Comparticipação das Infraestruturas de Portugal - Empreitada "Troço EN2 (Km 272,61 a Km 275,00) - Beneficiação", no âmbito do protocolo assinado em 21.11.2007	7.987
Transferência de competências 2º e 3º ciclo (manut.e apetrechamento parque escolar)	20.000



Relatório e Documentos Previsionais de 2018

Participação Comunitária em Projetos Cofinanciados

Instalação de Redes de Defesa da Floresta Contra Incêndios Florestais no concelho de Góis (95%)	3.104.647	<i>Queda 1.</i>
Requalificação e Ampliação - JI+EB1 de Vila Nova do Ceira (85%)	21.387	<i>HJ</i>
Plano de Ação para Regeneração Urbana	212.500	<i>S</i>
Recuperação de Infraestruturas e equipamentos municipais danificados pelos incêndios de 17 a 24 de junho na Região Centro (Candidatura nº 1 - Tipologia a)) (85%)	425.000	<i>S</i>
Recuperação de Infraestruturas e equipamentos municipais danificados pelos incêndios de 17 a 24 de junho na Região Centro (Candidatura nº 2 - Tipologia c)) (85%)	612.971	<i>HFB</i>
Recuperação de Infraestruturas e equipamentos municipais danificados pelos incêndios de 17 a 24 de junho na Região Centro - Equipamento urbano complementar (Candidatura n.º 3 - Tipologia f)) (85%)	269.459	<i>HFB</i>
Recuperação de Infraestruturas e equipamentos municipais danificados pelos incêndios de 17 a 24 de junho na Região Centro (Candidatura nº 4 - Tipologia g)) (85%)	4.906	<i>X</i>
Recuperação de Infraestruturas e equipamentos municipais danificados pelos incêndios de 17 a 24 de junho na Região Centro - Equipamento urbano complementar (Candidatura n.º 5 - Tipologia h)) (85%)	24.353	<i>HFB</i>
Promoção das TIC na Administração e Serviços Públicos (85%)	178.344	<i>DP</i>
Açude 2 - Corte Pisão (100%)	56.794	<i>DP</i>
Estabilização de Emergência Pós-Incêndio - Freguesia de Alvares (100%)	1.025.239	<i>DP</i>
Rede de Saneamento em Cabreira - Elevatória e ETAR (85%)	71.052	<i>DP</i>
ETAR Colmeal (85%)	42.097	<i>DP</i>
Praia Fluvial de Alvares (60%)	120.000	<i>DP</i>
Famílias	22.000	
Casa dos Particulares - Plano Aldeias de Xisto	21.011	
Outros	989	

■ Ativos Financeiros – 7.500 €

Este capítulo comprehende, entre outras, as receitas provenientes da venda e amortização de títulos de crédito, designadamente obrigações e ações ou outras formas de participação, assim como as resultantes do reembolso a favor da autarquia.

Prevê-se arrecadar cerca de 7.500€ deste tipo de receita, se se concretizar a alienação das participações financeiras que o Município detém no capital social das empresas Municipais, S.A. e WRC – ADR, S.A..



Relatório e Documentos Previsionais de 2018

■ Passivos Financeiros – 100 €

Consideram-se as receitas provenientes da emissão de obrigações e de empréstimos contraídos a curto e a médio e longo prazos, bem como subsídios reembolsáveis.

No que respeita aos empréstimos a curto e a médio e longo prazos há que respeitar a seguinte regra previsional: *"as importâncias relativas aos empréstimos só podem ser consideradas no orçamento depois da sua contratação, independentemente da eficácia do respetivo contrato"* (alínea d) do ponto 3.3.1.).

Ao nível destas receitas estima-se uma diminuição de quase 100% comparativamente às previsões iniciais de 2017, pois, apesar de estar, neste ano, prevista a contratação de um empréstimo a médio e longo prazos, não pode ser o mesmo considerado, pois não se encontra contratado (em cumprimento com o disposto na regra previsional).

■ Outras Receitas de Capital – 2.209 €

Rubrica de natureza residual, onde se incluem as receitas não enquadradas nos capítulos anteriores, como por exemplo, ganhos inerentes a contratos celebrados e que não foram cumpridos pela outra parte envolvida.

Relativamente ao ano de 2018, este capítulo apresenta um aumento de cerca de 342% comparativamente ao orçamento inicial de 2017.

■ Reposições Não Abatidas aos Pagamentos – 15.000 €

Esta rubrica abrange as receitas resultantes das entradas de fundos na tesouraria em resultado de pagamentos orçamentais indevidos, ocorridos em anos anteriores, ou em razão de não terem sido utilizados, na globalidade ou parte, pelas entidades que os receberam.

Relativamente ao ano de 2018, este capítulo apresenta um aumento de cerca de 2.900% comparativamente ao orçamento inicial de 2017.

Relatório e Documentos Previsionais de 2018

3.2.2. ORÇAMENTO DA DESPESA

O agregado das despesas contém as seguintes desagregações orgânicas:

- 01 – Assembleia Municipal
- 02 – Câmara Municipal

As despesas referentes à Assembleia Municipal estão desagregadas e individualizadas nos termos do nº3, do artigo 31º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, alterada pelas Leis nºs 25/2015, de 30 de março, 69/2015, de 16 de julho, 7-A/2016, de 30 de março e 42/2016, de 28 de setembro.

As despesas referentes à Câmara Municipal estão desagregadas e individualizadas de acordo com a sua natureza, nos termos do POCAL e em consonância com as alterações ao classificador económico introduzidas pelo Decreto-Lei nº 26/2002, de 14 de fevereiro, mas agregadas em termos orgânicos.

Os montantes inscritos em cada uma das rubricas da despesa são as seguintes:

■ Despesas com Pessoal – 2.951.350 €

Compreende todas as espécies de remunerações principais, de abonos acessórios e de compensações que requeiram processamento individualizado que sejam satisfeitos pela autarquia local, tanto aos seus trabalhadores, como aos indivíduos que prestem serviços em regime de tarefa ou de avença. Acrescem ainda as despesas que a autarquia local, como entidade patronal, suporta com o sistema de segurança social dos seus funcionários.

Apesar das alíneas e) e f) do ponto 3.3.1. do POCAL referirem que as importâncias relativas a despesas com pessoal a inscrever no orçamento “*devem considerar apenas o pessoal que ocupe lugares de quadro, requisitado e em comissão de serviço, tendo em conta o índice salarial que o funcionário atinge no ano a que o orçamento respeita, por efeitos da progressão de escalão na mesma categoria, e aquele pessoal com contratos a termo ou cujos contratos ou abertura de concurso estejam devidamente aprovados no momento da elaboração do orçamento*” e “*devem corresponder à tabela de vencimentos em vigor, sendo atualizada com base na taxa de inflação prevista, se ainda não tiver sido publicada a tabela correspondente ao ano a que o orçamento respeita*”, a Lei nº 35/2014, de 20 de junho, alterada pelas Leis nºs 82-B/2014, de 31 de dezembro, 84/2015, de 7 de agosto e 18/2016, de 20 de junho, introduz a obrigatoriedade da elaboração de um mapa de pessoal, no qual deve constar, ao nível orçamental, o seguinte:

- Remunerações dos trabalhadores que devam manter o exercício de funções;

Relatório e Documentos Previsionais de 2018

37

- Recrutamento de novos trabalhadores de acordo com os postos de trabalho previsto ocupar no mapa de pessoal;
- Alterações de posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores que se mantenham em exercício de funções;
- Atribuição de prémios de desempenho.

Face ao exposto, estas despesas foram calculadas tendo em consideração o que está previsto na Proposta de Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2018 e o constante no Acordo Tripartido entre o Governo e os parceiros sociais, no que respeita à Remuneração Mensal Mínima Garantida.

As despesas com pessoal no ano de 2018 aumentam 7,09% relativamente às previsões iniciais de 2017.

■ Aquisição de Bens – 422.850 €

Compreende, de um modo geral, as despesas com bens de consumo (duráveis ou não), e que, por não contribuírem para a formação de capital fixo, não são caracterizáveis como despesas de investimento, designadamente matérias-primas e subsidiárias, combustíveis e lubrificantes, material de escritório e outras eventuais despesas.

Estas despesas apresentam uma diminuição de 26,13% face ao valor definido no orçamento inicial de 2017 e uma diminuição de 27,78 % face ao orçamento corrigido de 2017 (à data de 31 de outubro).

Com um peso significativo surge a aquisição de combustíveis e lubrificantes (129.000 €), de matérias-primas e subsidiárias (75.000€) e de outros bens (60.000 €).

■ Aquisição de Serviços – 1.750.250 €

Compreende as despesas efetuadas com a aquisição de serviços a terceiros, designadamente a entidades empresariais ou a profissionais autónomos, tais como, encargos de instalações, conservação de bens, locação de bens, comunicações, transportes, representação dos serviços, seguros, estudos, encargos de cobrança de receitas e outras eventuais despesas.

As previsões apresentadas denotam uma ligeira diminuição de 8,11% das despesas desta natureza face ao valor definido no orçamento inicial de 2017 e uma diminuição de 8,51 % face ao valor constante no orçamento corrigido de 2017 (à data de 31 de outubro).

Importa atender à influência verificada do montante de 280.000 € referente às despesas com transportes (protocolos com a Transdev), assim como do montante de 475.000 €, referente tanto

Relatório e Documentos Previsionais de 2018

à iluminação pública como às despesas com outros serviços, do montante de 150.000 € referente aos encargos com tratamento de águas residuais e do montante de 310.000 €, relacionado com os encargos das instalações com eletricidade.

■ Juros e Outros Encargos – 19.650 €

A título de definição genérica, o termo «juro» designa habitualmente o montante que o devedor tem a responsabilidade de pagar ao credor ao longo de determinado período pela utilização de determinado montante de capital, sem que este último se reduza. No caso em apreço, compreende as despesas referentes a juros e outros encargos financeiros, designadamente juros de empréstimos, juros de locação financeira, serviços bancários e outras eventuais despesas financeiras.

No que concerne às despesas desta natureza, prevê-se um decréscimo significativo de cerca de 33% destes encargos comparativamente ao orçado em 2017. Tal situação é justificada, principalmente, pela conclusão em 2018 da amortização de dois empréstimos de médio e longo prazo contratados em 2003 e 2006 à Caixa Geral de Depósitos relativos à requalificação urbana da vila de Góis - Av. Álvaro Paula Dias Nogueira, recuperação de escolas no Concelho, construção de infraestruturas das aldeias de xisto, entre outros, bem como da construção da Via Estruturante Norte/Sul - 3^a fase. Além desta situação, ao longo do ano de 2017 tem havido uma intensificação da descida das taxas de juro e prevê-se que no ano de 2018 estas se mantenham baixas.

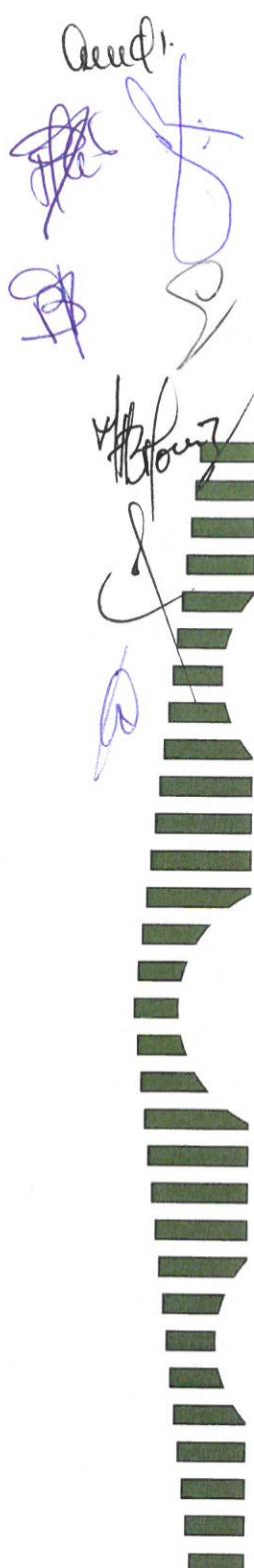
A representatividade destas despesas é essencialmente caracterizada pelos juros referentes aos empréstimos a médio e longo prazos representados no quadro seguinte, mas também dizem respeito a juros de locação financeira referido na rubrica “Locação financeira”:

Relatório

e Documentos Previsionais de 2018

39

INSTITUIÇÃO BANCÁRIA	EMPRÉSTIMO Nº.	DATA DO CONTRATO	MONTANTE DO EMPRÉSTIMO	SALDO DEVEDOR EM 31.12.2017	Nº. DATA	PRESTAÇÃO	TAXA JURO	AMORTIZAÇÃO	JUROS	COMISSÃO EXP.	TOTAL ENCARGOS
	9015/003730/891	13-08-2003	378.100,00	33.512,72	29 13/02/2018	0,7270	16.725,96	121,82	4,15	16.851,93	
	9140/013477/791	20-07-2004	395.788,00	57.675,14	30 13/08/2018	0,7260	16.786,76	60,94	4,15	16.851,85	
	9015/003967/991	19-10-2004	42.079,00	7.196,52	27 20/01/2018	0,1430	14.403,33	41,24	4,15	14.448,72	
	9015/004409/691	30-06-2005	510.311,00	47.936,88	28 20/07/2018	0,3021	1.795,06	10,87	4,15	14.447,71	
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	9015/004410/991	06-07-2005	253.100,00	63.091,89	24 19/10/2018	0,3010	1.797,78	8,13	4,15	1.810,08	
	9015/004906/391	06-07-2006	130.000,00	13.655,99	25 30/06/2018	0,0500	9.582,59	11,98	4,15	9.598,72	
	9015/006339/291	09-03-2009	750.000,00	280.788,36	26 30/12/2018	0,0500	9.584,98	9,59	4,15	9.598,72	
	9015/006909/991	06-10-2010	497.690,00	267.987,72	27 06/01/2018	0,0020	10.515,05	0,63	4,15	10.519,83	
					28 06/07/2018	0,0000	10.515,37	0,00	4,15	10.519,52	
					29 06/01/2018	0,0000	6.827,99	0,00	4,15	6.832,14	
					30 06/07/2018	0,0000	6.828,00	0,00	4,15	6.832,15	
					31 09/03/2018	1.4680	39.237,95	2.060,99	4,15	41.303,09	
					32 09/09/2018	1.4660	39.526,96	1.770,56	4,15	41.301,67	
					33 06/04/2018	2.7070	25.206,75	3.627,21	0,00	28.833,96	
					34 06/10/2018	2.7060	25.548,43	3.284,83	0,00	28.833,26	
CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA					35 09/03/2018	0,2711	788,13	3,21	0,00	791,34	
BANCO BPI	56029025683	09-06-2004	68.800,00	4.736,82	36 09/06/2018	0,2711	788,67	2,68	0,00	791,35	
BBVA					37 09/09/2018	0,2711	789,21	2,14	0,00	791,35	
SANTANDER TOTTA					38 09/12/2018	0,2711	789,74	1,60	0,00	791,34	
					39 19/02/2018	0,0000	5.004,95	0,00	0,00	5.004,95	
					40 19/08/2018	0,0000	5.004,95	0,00	0,00	5.004,95	
					41 12/02/2016	0,0000	32.050,00	0,00	0,00	32.050,00	
					42 12/08/2016	0,0000	32.050,00	0,00	0,00	32.050,00	
					43 18/04/2017	0,9880	25.000,00	2.470,00	0,00	27.470,00	
					44 18/10/2017	0,9880	25.000,00	2.346,50	0,00	27.346,50	
					45 TOTAL GERAL	1.451.846,89	376.562,75	15.864,34	58,10	392.485,19	



Relatório e Documentos Previsionais de 2018

40

■ Transferências Correntes – 531.050 €

Compreende as importâncias concedidas sem qualquer contrapartida, quando retiradas do rendimento corrente da autarquia para financiar despesas correntes do destinatário, designadamente despesas com Serviços e Fundos Autónomos, Administração Local, Instituições Lucrativas e Famílias.

No âmbito destas despesas, estabelece-se uma variação expressiva de -49,73 % relativamente ao inicialmente previsto em 2017 e de -34,44% relativamente ao orçamento corrigido em 2017 (à data de 31 de outubro). Neste capítulo a maior fatia encontra-se afeta ao apoio a instituições sem fins lucrativos, com 360.000 €.

■ Outras Despesas Correntes – 119.000€

Rubrica de natureza residual onde se incluem despesas tais como reembolsos e restituições ou pagamento de IVA.

Ao nível destas despesas, estima-se uma diminuição de aproximadamente 15% comparativamente com a dotação corrigida de 2017 (à data de 31 de outubro).

■ Aquisição de Bens de Investimento – 1.670.600 €

Compreende as despesas com aquisição (e também grandes reparações) de bens que contribuam para a formação de capital fixo, originando por regra um aumento do ativo, designadamente, terrenos, instalação de serviços, instalações desportivas e recreativas, escolas, equipamento básico, equipamento administrativo, equipamento de transporte e outros.

No que respeita a estas despesas, regista-se um acréscimo de cerca de 100% face ao montante previsto inicialmente em 2017 e um aumento menos expressivo de cerca de 18% face ao montante corrigido em 2017 (à data de 31 de outubro). É de destacar a dotação definida de uma forma genérica com edifícios (1.253.100 €) onde se incluem as intervenções em edifícios de serviços, de escolas e instalações desportivas e recreativas.

■ Locação Financeira – 43.250 €

Compreende as despesas com contratos de locação financeira de acordo com legislação em vigor. Apesar de se revestirem de despesas de investimento, carecem de procedimento diferenciado.

Este capítulo manteve-se praticamente inalterado, quando comparado com dotação corrigida de 2017 (à data de 31 de outubro).

Relatório e Documentos Previsionais de 2018

41

■ Bens de Domínio Público – 4.540.000 €

Compreende as despesas com aquisição (e também grandes reparações) de bens de domínio público, os quais são inalienáveis, impenhoráveis e imprescritíveis, estando afetos ao uso público e que alguma norma jurídica os classifica como tal, tais como, viadutos, arruamentos e obras complementares, sistemas de drenagem de águas residuais, parques e jardins, viação rural, bens de domínio histórico, artístico, cultural e outros.

Ao nível destas despesas, projeta-se um expressivo acréscimo de 239,33% face ao orçamento inicial de 2017 e de cerca de 220%, face ao orçamento corrigido do mesmo ano (à data de 31 de outubro), sendo de destacar a dotação definida para os outros bens de domínio público, com 1.957.000,00 €, para a viação rural, com 1.485.750 € e os viadutos, arruamentos e obras complementares, com 834.500 €.

■ Transferências de Capital – 130.500 €

Compreende as importâncias concedidas sem qualquer contrapartida, destinadas a financiar despesas de capital do destinatário, designadamente, despesas com Serviços e Fundos Autónomos, Administração Local, Instituições sem Fins Lucrativos e Famílias.

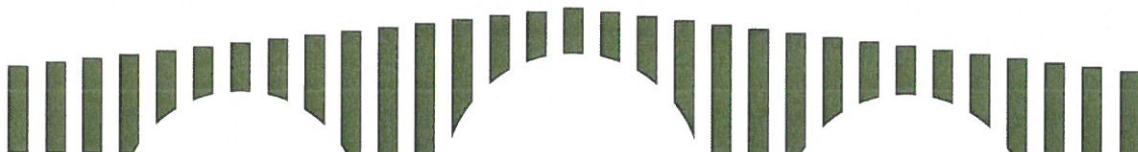
As previsões estabelecidas significam um decréscimo de 28,10% comparativamente à previsão de 2017 e uma diminuição de cerca de 20% face ao orçamento corrigido do mesmo ano (à data de 31 de outubro). O maior volume absorvido por este tipo de transferências destina-se a freguesias, com 75.000 € e, seguido do apoio a instituições sem fins lucrativos, com 22.000 €.

■ Ativos Financeiros – 38.909 €

Compreende as operações financeiras, designadamente, a aquisição de títulos de crédito, incluindo obrigações, ações, quotas e outras formas de participação e a concessão de empréstimos e adiantamentos ou subsídios reembolsáveis.

As previsões apresentadas em 2018 denotam uma diminuição de cerca de 25% das despesas desta natureza face ao valor definido no orçamento corrigido de 2017 (à data de 31 de outubro).

Esta rubrica diz respeito exclusivamente à realização do capital social do Fundo de Apoio Municipal (FAM) no montante de 38.909 €, em cumprimento com o disposto na Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, alterada pela Lei nº 69/2015, de 16 de julho, conjugado com o constante na Proposta de Lei do Orçamento de Estado de 2018, que prevê, para 2018, uma redução de 25% ao valor da prestação anteriormente definida.



Relatório e Documentos Previsionais de 2018

42

■ Passivos Financeiros – 384.000 €

Compreende as operações financeiras, designadamente, amortização de empréstimos, regularização de adiantamentos e outros, bem como operações relacionadas com subsídios recebidos, mas reembolsáveis.

Relativamente a estes encargos, no orçamento para 2018 regista-se um incremento de aproximadamente 10% relativamente às despesas dotadas em 2017, uma vez que este ano se verificou o início do pagamento da amortização do empréstimo de médio e longo prazos destinado à “Beneficiação da rede viária e arruamentos no Concelho”, também referido na rubrica “Juros e Outros Encargos”.

Ainda relativamente a este capítulo o montante da amortização de capital por empréstimo encontra-se discriminado no quadro que consta na rubrica referida anteriormente.

■ Outras despesas de capital – 13.091 €

Rubrica de natureza residual onde se incluem despesas tais como restituições ou pagamentos diversos.

Ao nível destas despesas, estima-se um aumento bastante significativo de aproximadamente 330% comparativamente com a dotação corrigida de 2017 (à data de 31 de outubro).

Relatório e Documentos Previsionais de 2018

43

3.3. ANÁLISE COMPARATIVA DO ORÇAMENTO NOS ANOS 2017/2018

3.3.1. COMPARAÇÃO DAS PREVISÕES DA RECEITA – 2017/2018

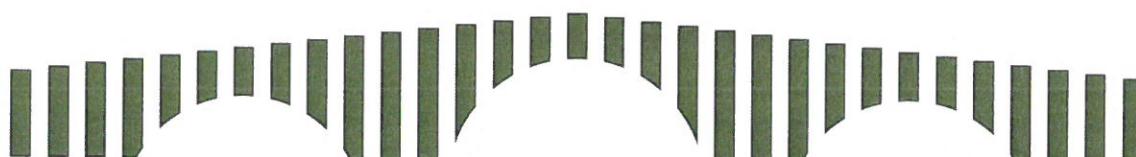
3.3.1.1. QUADRO (COMPARAÇÃO DAS DOTAÇÕES PREVISTAS ENTRE OS ANOS DE 2017/2018)

UNI: EURO

Descrição da Receita	2017 (Inicial)	2017 (Corrigido)	2018	Variação ^(a)		Variação ^(b)	
				Valor	%	Valor	%
Impostos diretos	643.708	643.708	539.788	-103.920	-16,14	-103.920	-16,14
Impostos indiretos	12.870	12.870	29.736	16.866	131,05	16.866	131,05
Taxas, multas e outras pen.	259.014	259.014	320.279	61.265	23,65	61.265	23,65
Rendimentos de prop.	770.000	770.000	846.500	76.500	9,94	76.500	9,94
Transf. correntes	4.636.273	4.636.273	4.966.363	330.090	7,12	330.090	7,12
Venda bens/serv. correntes	465.088	465.088	474.765	9.677	2,08	9.677	2,08
Outras receitas correntes	91.852	91.852	158.069	66.217	72,09	66.217	72,09
Venda bens investimento	65.419	65.419	302.077	236.658	361,76	236.658	361,76
Transf. de capital	1.177.400	1.357.391	4.952.114	3.774.714	320,60	3.594.723	264,83
Ativos financeiros	7.500	7.500	7.500	0	0,00	0	0,00
Passivos financeiros	500.000	500.000	100	-499.900	-99,98	-499.900	-99,98
Outras receitas de capital	500	500	2.209	1.709	341,80	1.709	341,80
Rep. não abatidas aos pagtos	500	500	15.000	14.500	2.900,00	14.500	2.900,00
Saldo da gerência anterior	552.004	1.041.108	0	-552.004	-100,00	-1.041.108	-100,00
Total das receitas correntes	6.878.805	6.878.805	7.335.500	456.695	6,64	456.695	6,64
Total das receitas de capital	1.750.819	1.930.810	5.264.000	3.513.181	200,66	3.333.190	172,63
Outras receitas	552.504	1.041.608	15.000	-537.504	-97,29	-1.026.608	-98,56
TOTAIS	9.182.128	9.851.223	12.614.500	3.432.372	37,38	2.763.277	28,05

(a) Variação por relação à previsão inicial em 2017

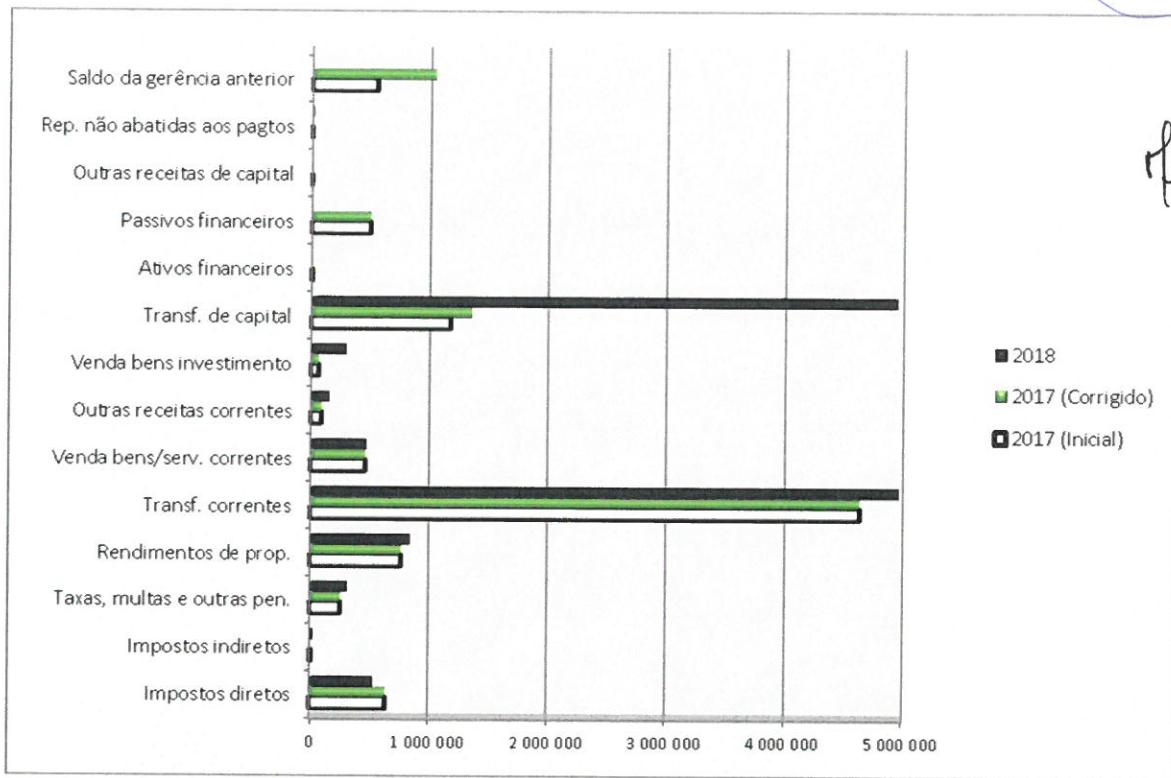
(b) Variação por relação à previsão corrigida em 2017 (até 31.10)



Relatório e Documentos Previsionais de 2018

44

3.3.1.2. GRÁFICO (COMPARAÇÃO DAS DOTAÇÕES PREVISTAS ENTRE OS ANOS DE 2017/2018)



Relatório e Documentos Previsionais de 2018

45

3.3.2. COMPARAÇÃO DAS DOTAÇÕES DA DESPESA – 2017/2018

3.3.2.1. QUADRO (COMPARAÇÃO DAS DOTAÇÕES PREVISTAS ENTRE OS ANOS DE 2017/2018)

Descrição da Despesa	2017 (Inicial)	2017 (Corrigido)	2018	Variação ^(a)		Variação ^(b)	
				Valor	%	Valor	%
Pessoal	2.756.000	2.946.775	2.951.350	195.350	7,09	4.575	0,16
Aquisição de bens	572.400	585.500	422.850	-149.550	-26,13	-162.650	-27,78
Aquisição de serviços	1.904.700	1.913.100	1.750.250	-154.450	-8,11	-162.850	-8,51
Juros e outros encargos	29.400	23.400	19.650	-9.750	-33,16	-3.750	-16,03
Transferências correntes	1.056.500	810.030	531.050	-525.450	-49,73	-278.980	-34,44
Outras despesas correntes	77.312	139.712	119.000	41.688	53,92	-20.712	-14,82
Aquis. de bens de investimento	832.866	1.416.680	1.670.600	837.734	100,58	253.920	17,92
Locação financeira	30.550	43.550	43.250	12.700	41,57	-300	-0,69
Bens de domínio público	1.337.946	1.421.221	4.540.000	3.202.054	239,33	3.118.779	219,44
Transferências de capital	181.500	163.000	130.500	-51.000	-28,10	-32.500	-19,94
Ativos financeiros	56.212	51.712	38.909	-17.303	-30,78	-12.803	-24,76
Passivos financeiros	346.500	333.500	384.000	37.500	10,82	50.500	15,14
Outras despesas de capital	243	3.043	13.091	12.848	5.285,25	10.048	330,19
Total das despesas correntes	6.396.312	6.418.517	5.794.150	-602.162	-9,41	-624.367	-9,73
Total das despesas de capital	2.785.816	3.432.706	6.820.350	4.034.534	144,82	3.387.644	98,69
TOTAIS	9.182.128	9.851.223	12.614.500	3.432.372	37,38	2.763.277	28,05

(a) Variação por relação à previsão inicial em 2017

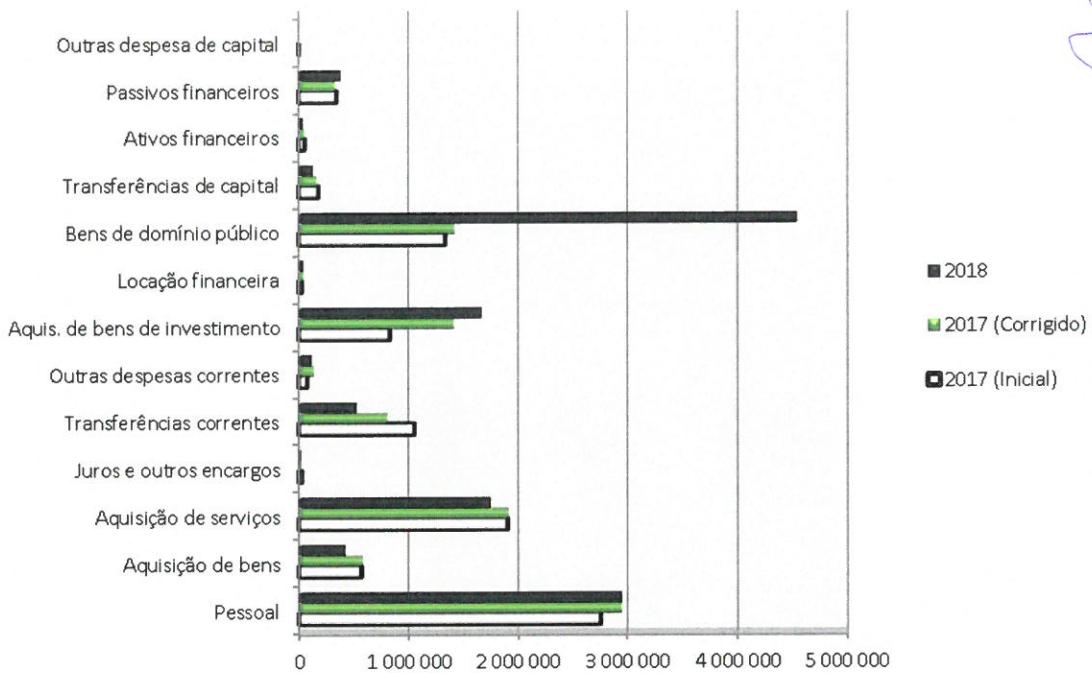
(b) Variação por relação à previsão corrigida em 2017 (até 31.10)



Relatório e Documentos Previsionais de 2018

46

3.3.2.2. GRÁFICO (COMPARAÇÃO DAS DOTAÇÕES PREVISTAS ENTRE OS ANOS DE 2017/2018)



Relatório e Documentos Previsionais de 2018

47

4. GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP's)

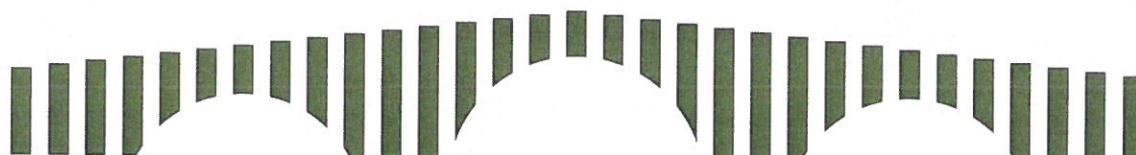
4.1. DESCRIÇÃO

As Grandes Opções do Plano (GOP) constituem um documento fundamental em termos de desenvolvimento estratégico e incluem o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as Atividades Mais Relevantes (AMR).

Na distribuição por funções, temos que, dos 6.425.259 € correspondem à totalidade das GOP, 35,72% correspondem às funções económicas, 32,15% às funções gerais, 30,16% às funções sociais e 1,98% às outras funções.

Os programas com maior representatividade são os transportes rodoviários (33,08%), seguidos da proteção e luta contra incêndios (17,61%) e administração geral (14,54%).

Na elaboração das GOP de 2018 deu-se prioridade aos investimentos financiados por fundos comunitários, principalmente aos investimentos relacionados com a recuperação de infraestruturas e equipamentos municipais danificados pelos incêndios de 17 a 24 de junho de 2017, onde são de destacar os montantes definidos nos programas “Proteção e luta contra incêndios” e “Transportes rodoviários”. No entanto é de destacar também outros fundos comunitários ou outras fontes de financiamento, que visam financiar outras projetos prioritários para o ano de 2018, como é o caso do programa “Administração geral”, correspondente à execução do projeto “Parque Municipal”, do programa “Ensino não superior”, com a requalificação e ampliação da Escola Básica 1º ciclo/Pré-escolar de Vila Nova do Ceira e ainda o programa “transportes rodoviários”, com a regeneração urbana da vila de Góis relativa à Praça da República e Rua Conselheiro Dias Ferreira.



Relatório e Documentos Previsionais de 2018

48

4.1.1. RESUMO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2018

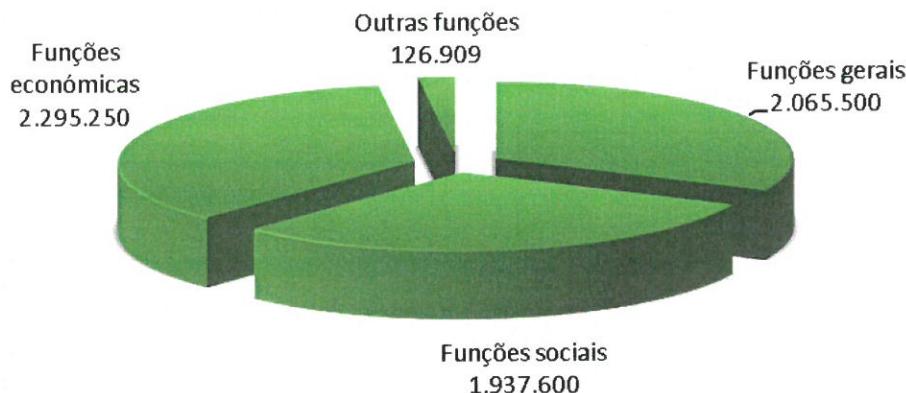
CÓDIGO		DESIGNAÇÃO	UNI: EURO	
Obj.	Prog.		DOTAÇÕES - 2018	%
		Valor		
1		Funções gerais	2.065.500	32,15
111		Administração geral	934.250	14,54
121		Proteção e luta contra incêndios	1.131.250	17,61
2		Funções sociais	1.937.600	30,16
211		Ensino não superior	252.750	3,93
221		Serviços individuais de saúde	250	0,00
232		Ação social	7.500	0,12
242		Ordenamento do território	126.000	1,96
243		Saneamento	31.250	0,49
244		Abastecimento de água	96.000	1,49
245		Resíduos sólidos	14.750	0,23
246		Proteção meio ambiente e conservação natureza	706.250	10,99
251		Cultura	310.850	4,84
252		Desporto, recreio e lazer	391.000	6,09
253		Outras atividades cívicas e religiosas	1.000	0,02
3		Funções económicas	2.295.250	35,72
310		Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	17.000	0,26
320		Indústria e energia	16.250	0,25
331		Transportes rodoviários	2.125.250	33,08
341		Mercados e feiras	500	0,01
342		Turismo	136.250	2,12
4		Outras funções	126.909	1,98
420		Transferências entre Administrações	88.500	1,38
430		Diversas não especificadas	38.409	0,60
TOTAL			6.425.259	100,00
Uni: Euro				



Relatório e Documentos Previsionais de 2018

49

4.1.2. GRÁFICO – RESUMO DAS GOP POR FUNÇÕES PARA 2018



4.2. ESPECIFICAÇÕES DOS PROGRAMAS E EVOLUÇÃO DAS GOP

Seguidamente irá ser efetuada uma breve análise a todos os programas.

Funções Gerais

▪ Administração Geral – 934.250 €

Neste programa enquadram-se todas as atividades relacionadas com os órgãos da autarquia e os serviços gerais da autarquia.

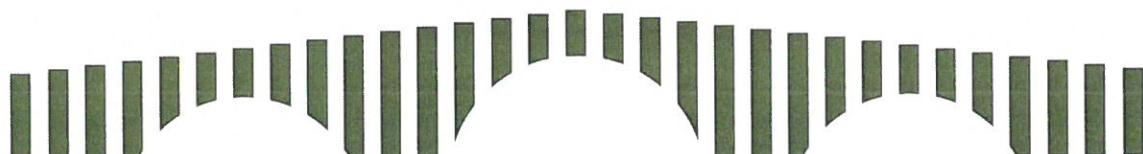
No ano de 2018, este é o terceiro programa com maior representatividade, com 14,54% do total das GOP.

Comparativamente ao orçamento inicial de 2017, este programa sofreu um acréscimo bastante significativo de cerca de 188%.

Para 2018 o projeto a destacar neste programa é a continuação o projeto “Parque Municipal”, que no seu cômputo representa mais de 72% do mesmo.

▪ Proteção Civil e Luta Contra Incêndios – 1.131.250 €

Compreende todos os serviços vocacionados para a proteção civil, a proteção e combate contra incêndios e o socorro às populações em caso de acidentes e calamidades. Abrange também os subsídios concedidos às entidades que prossigam tais objetivos.



Relatório e Documentos Previsionais de 2018

50

Este programa, em 2018, é o segundo programa mais representativo, representando 17,61% do total das GOP. Comparativamente com o ano de 2017, este programa aumentou 672,18% quando comparado com o orçamento inicial de 2017.

É de salientar que no decurso do ano de 2018 se prevê continuar com um conjunto de medidas relacionadas com a prevenção e luta contra incêndios. No entanto, neste programa é de destacar o projeto “Estabilização de emergência pós-incêndios”, que representa cerca de 90% do total do programa, sendo totalmente financiado pelo PDR2020, no âmbito da candidatura relativa ao restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou acontecimentos catastróficos, na sequência dos incêndios no concelho, de 17 a 24 de junho de 2017.

Pretende-se ainda no decurso do ano de 2018 continuar a desenvolver parcerias com as diversas entidades concelhias cuja missão é efetivamente a prevenção e combate de incêndios.

Funções Sociais

▪ Ensino Não Superior – 252.750 €

Compreende os estabelecimentos de ensino pré-escolar e básico.

Este programa corresponde a 3,93% da totalidade das GOP.

Em termos evolutivos, sofreu um acréscimo de 1.637,11% comparativamente com o orçamento corrigido de 2017, devendo-se quase exclusivamente à inclusão da execução do projeto “Escola Básica nº 1/Pré-escolar de Vila Nova do Ceira - Requalificação e ampliação”. Este é um projeto alvo de candidatura a fundos comunitários, já aprovada, sendo considerado como prioritário e definido pelo Município no Plano de Ação no âmbito da Estratégia de Desenvolvimento da Região de Coimbra.

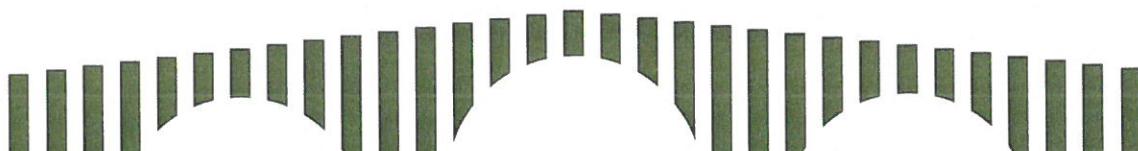
▪ Serviços Individuais de Saúde – 250 €

Compreende o apoio prestado aos serviços de saúde.

Neste programa está incluído o projeto designado “Unidade móvel de saúde”.

▪ Ação Social – 7.500 €

Compreende os serviços de ação social e as prestações pecuniárias proporcionadas a beneficiários com necessidades especiais, designadamente a instituições de assistência e de solidariedade social.



Relatório e Documentos Previsionais de 2018

51

Este programa está representado por um novo projeto designado por "Gabinete de apoio e acompanhamento pós-incêndios", no qual se pretende criar uma equipa de trabalho no sentido de acompanhar e apoiar os municípios que tenham sido afetados pelos incêndios lavrados no Concelho.

Abrange também as transferências a atribuir a instituições enquadradas no terceiro setor com fins sociais, que no cumprimento do Regulamento Municipal para Concessão de Subsídios, procedam à entrega de candidaturas destinadas a apoiar principalmente a aquisição de equipamento para a prossecução das suas atividades.

- **Ordenamento do Território – 126.000 €**

Abrange a elaboração e execução de planos municipais de ordenamento e a realização de reabilitação urbana e rural.

Em 2018, este programa representa 1,96% das GOP e nele se destacam a realização do projeto relacionado com a revisão do Plano Diretor Municipal, a aquisição de cartografia digital (devidamente atualizada e homologada) que tem como finalidade imediata concretizar a revisão do PDM, bem como a elaboração de projetos diversos.

Este programa apresenta um decréscimo de cerca de 40% se comparado com o orçado em 2017.

- **Saneamento – 31.250 €**

Inclui todos os sistemas de drenagem de águas residuais.

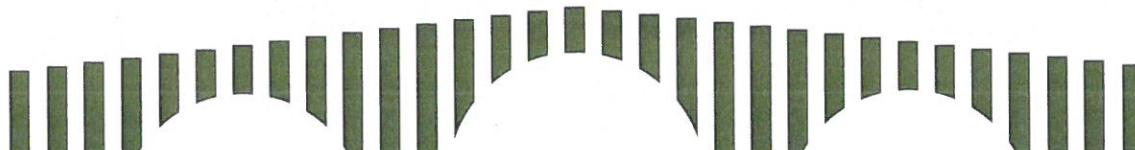
Nas GOP, este programa representa 0,49% e apresenta um decréscimo de 74,78% se comparado com o orçado em 2017 e de 71,57% se comparado com o orçamento corrigido do mesmo ano.

Para 2018, prevê-se neste programa diversas intervenções no âmbito da ampliação da rede de saneamento, nomeadamente no que respeita à conclusão da intervenção na rede de saneamento das Cortes.

- **Abastecimento de Água – 96.000 €**

Respeita a todo o sistema de distribuição de água, designadamente a captação, armazenamento e qualidade. Neste programa para além de estarem incluídas intervenções de manutenção de todo abastecimento de água do Concelho.

O abastecimento de água representa apenas 1,49% das GOP e comparativamente ao orçado no ano de 2017 sofreu um decréscimo de 32,16%.



Destacam-se então para 2018 as intervenções no âmbito da recuperação de infraestruturas e equipamentos municipais danificados pelos incêndios de 17 a 24 de junho na Região Centro, para as quais foram submetidas e já aprovadas várias candidaturas enquadradas no quadro Portugal 2020 com um financiamento de 85%, acrescido dos restantes 15% de comparticipação, por parte do Fundo de Emergência Municipal.

- **Resíduos Sólidos – 14.750 €**

Compreende a recolha, tratamento, eliminação ou reciclagem de resíduos sólidos.

Este programa representa 0,23% das GOP.

Também neste programa está incluído a aquisição de equipamento básico, enquadrado numa candidatura no âmbito da recuperação de infraestruturas e equipamentos municipais danificados pelos incêndios de 17 a 24 de junho na Região Centro, à semelhança da referida no programa “Abastecimento de Água”.

- **Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza – 706.250€**

Compreende a higiene pública (balneários, sanitários e lavadouros), cemitérios, bem como a proteção, conservação e valorização do património natural.

Representa 10,99% das GOP e apresenta um forte acréscimo de mais de 20.000% se comparado com o orçado em 2017, compreendendo as beneficiações dos cemitérios municipais e a beneficiação dos lavadouros do Concelho, bem como a execução do projeto designado por “Ciclovia Vila Nova do Ceira – Góis – Bordeiro”, que se prevê que seja comparticipado por fundos comunitário no âmbito do PAMUS (Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável).

No entanto, cerca de 99% da totalidade deste programa está associado ao projeto “Medidas de proteção de recursos hídricos”, que diz respeito a intervenções, com um financiamento definido de 100% através da assinatura dos protocolos de colaboração entre o Fundo Ambiental e os municípios afetados pelos incêndios ocorridos entre 17 a 24 de junho de 2017.

- **Cultura – 310.850 €**

Compreende os museus, bibliotecas, teatros e outros centros de cultura. Abrange, também, os subsídios ou comparticipações a organizações promotoras de cultura.

A cultura representa 4,84% das GOP e apresenta um acréscimo de 209,30% se comparado com o orçado em 2017, salientando-se, para 2018, a intervenção a realizar na “Casa-Museu “Alice



Relatório e Documentos Previsionais de 2018

53

Sande", no âmbito do financiamento por parte do Turismo de Portugal, no acesso à Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior.

- **Desporto, Recreio e Lazer – 391.000 €**

Compreende o fomento, promoção e apoio à prática e difusão do desporto, da ocupação de tempos livres, do recreio e do lazer. Abrange nomeadamente a construção, a recuperação e conservação de infraestruturas desportivas. Engloba ainda os apoios e comparticipações a organizações com tais objetivos.

Representa 6,09% das GOP. Em termos evolutivos, sofreu um acréscimo de 42,44% comparativamente com ano de 2017, devendo-se não só à execução do projeto "Reabilitação de regadios e margens/açudes do rio", que contempla a intervenção em vários açudes e também da continuação da implantação das Praias Fluviais de Alvares e Ponte Sótão, bem como o início da intervenção a realizar no Parque de Lazer da Selada/Cortes.

- **Outras Atividades Cívicas e Religiosas - 1.000 €**

Respeita o apoio a organizações filantrópicas, juvenis e outras de caráter cívico e religioso.

Funções Económicas

- **Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca – 17.000 €**

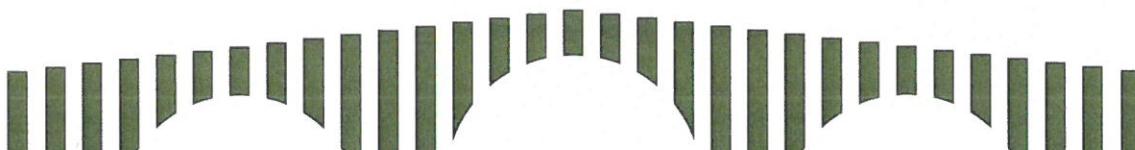
Compreende as despesas com construção e melhoramento de caminhos agrícolas, com manutenção de brigadas para prevenção e combate a incêndios florestais.

Este programa apresenta um decréscimo de 27,66% se comparado com o orçado em 2017, sendo de destacar a conclusão do projeto "Parque da Monteira – Ciclo da Truta".

- **Indústria e Energia – 16.250 €**

Abrange despesas com a construção, manutenção e modernização dos parques industriais. Compreende a iluminação pública e as resultantes dos incentivos à diversificação das fontes de energia e apoio ao transporte e distribuição de energia.

Neste programa destaca-se a ampliação da rede pública de iluminação, bem como a aquisição de terrenos relacionados com a zonas/polos industriais.



Relatório e Documentos Previsionais de 2018

54

▪ Transportes Rodoviários – 2.125.250€

Abrange os viadutos, construção e conservação de arruamentos, vias, caminhos e sinalização e, ainda, a construção, beneficiação e conservação de parques de estacionamento e terminais.

Este programa é o mais representativo das GOP com 33,08% e comparativamente com o orçado em 2017 observa-se um expressivo acréscimo de cerca de 152% e um aumento ainda mais significativo, de 222,81% quando comparado com o orçamento corrigido do mesmo ano.

Neste programa deverão ser destacados os projetos “Reabilitação de caminhos e estradas municipais”, “Colocação e beneficiação de resguardos e proteções de segurança” e “Sinalização vertical e horizontal de arruamentos e rede viária”, intervenções a efetuar no âmbito da recuperação de infraestruturas e equipamentos municipais danificados pelos incêndios de 17 a 24 de junho na Região Centro, sujeitas a candidatura de fundos externos (Portugal 2020 e Fundo de Emergência Municipal).

Ademais, é ainda de destacar a intervenção a efetuar na Praça da República e Rua Conselheiro Dias Ferreira, incluída no Plano de Ação para Regeneração Urbana (PARU), do qual já se encontra aprovada a candidatura a fundos comunitários com a previsão de obtenção de financiamento de 100% do valor realizado, até ao limite de cerca de 503.000,00 € (para além desta intervenção contempla outras, nomeadamente na Paria Fluvial da Peneda e no Largo da Igreja de Góis).

Destacam-se ainda várias intervenções que se pretendem realizar em termos de beneficiação e manutenção de arruamentos (120.000 €) e de rede viária (70.000 €).

Mercados e Feiras – 500 €

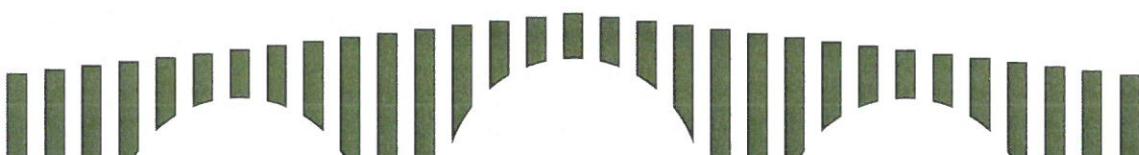
Compreende a dinamização dos mercados, feiras e dos circuitos de distribuição.

Neste programa consta a aquisição do projeto e a construção do projeto “Mercado Municipal”.

▪ Turismo – 136.250 €

Compreende o apoio à atividade turística, designadamente às comissões municipais de turismo e comissões regionais de turismo.

Este programa tem uma percentagem de representatividade de 2,12% e apresenta um significativo aumento de cerca de 6.712% quando comparado com o orçado no ano de 2017, devendo-se este aumento à inclusão dos projetos “Construção e reabilitação/reposição de percursos pedestres” “Recuperação/Beneficiação do espaço público e infraestruturas da aldeia



Relatório e Documentos Previsionais de 2018

55

do Loural”, ambos no âmbito da recuperação de infraestruturas e equipamentos municipais danificados pelos incêndios , o primeiro financiado a 100% pelo Portugal 2020 e Fundo de Emergência Municipal, à semelhança do já referido em programas anteriores e o segundo, no financiado pelo Turismo de Portugal, no âmbito da Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior.

Outras Funções

▪ Transferências Entre Administrações – 88.500 €

Este programa inclui as transferências a efetuar para outras entidades da Administração Central, Regional ou Autárquica.

Este programa representa 1,38% das GOP e, no caso concreto, abrange os protocolos relacionados com os apoios a conceder às Freguesias do Concelho e eventuais acordos de execução no âmbito de delegação de competências com as mesmas, bem como transferências para a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, relacionadas com projetos em que a mesma é entidade líder e os municípios são copromotores, na parte correspondente à contrapartida nacional que cabe ao Município de Góis.

▪ Diversas Não Especificadas – 38.409 €

Neste programa está inscrito o projeto relativo à subscrição/realização de unidades de participação a realizar no âmbito do Fundo de Apoio Municipal (FAM), no seguimento da Nota Explicativa do Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POICAL (SATAPICAL) designada como “Contabilização da Contribuição dos Municípios para o Capital do FAM”, divulgada aos municípios por intermédio do ofício circulado nº 000489-2015, datado de 06.04.2015 da Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL).

4.3. COMPARAÇÃO DAS DOTAÇÕES PREVISTAS NAS GOP – 2017/2018

Em 2018, as GOP totalizam o montante de 6.425.259 €, mais 3.981.186 € que em 2017, o equivalente a um crescimento de cerca de 163%.

O quadro seguinte demonstra, para os anos de 2017 e 2018, a desagregação das GOP por PPI e AMR. Pode verificar-se que o PPI em 2018, comparativamente a 2017, sofreu um aumento na

Relatório e Documentos Previsionais de 2018

56

ordem dos 4.039.686 € e as AMR uma diminuição de 58.500 €. Refere-se ainda que o PPI tem o maior peso no global das GOP.

DESIGNAÇÃO	2017 (Inicial)	2017 (Corrigido)	2018	Variação ^(a)		Variação ^(b)	
				Valor	%	Valor	%
Plano Plurianual de Investimentos	2.252.573	2.932.663	6.292.259	4.039.686	179,34	3.359.596	114,56
Atividades mais Relevantes	191.500	170.500	133.000	-58.500	-30,55	-37.500	-21,99
Grandes Opções do Plano	2.444.073	3.103.163	6.425.259	3.981.186	162,89	3.322.096	107,06

(a) Variação por relação à previsão inicial em 2017

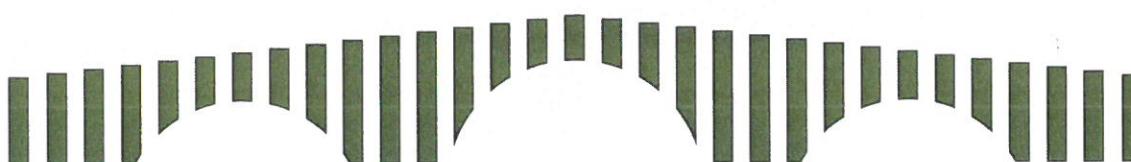
(b) Variação por relação à previsão corrigida em 2017 (até 31/10)

Relativamente à evolução (2017/2018) das GOP desagregada por programas apresenta-se conforme quadro seguinte:

DESIGNAÇÃO	2017 (Inicial)	2017 (Corrigido)	2018	Variação ^(a)		Variação ^(b)	
				Valor	%	Valor	%
01 Administração geral	324.166	1.087.330	934.250	610.084	188,20	-153.080	-14,08
02 Proteção e luta contra incêndios	146.500	311.000	1.131.250	984.750	672,18	820.250	263,75
03 Ensino não superior	110.500	14.550	252.750	142.250	128,73	238.200	1.637,11
04 Serviços individuais de saúde	0	0	250	250	100,00	250	100,00
05 Ação social	19.000	29.500	7.500	-11.500	-60,53	-22.000	-74,58
06 Ordenamento do território	208.000	171.000	126.000	-82.000	-39,42	-45.000	-26,32
07 Saneamento	123.900	109.900	31.250	-92.650	-74,78	-78.650	-71,57
08 Abastecimento de água	141.500	104.300	96.000	-45.500	-32,16	-8.300	-7,96
09 Resíduos sólidos	13.000	11.000	14.750	1.750	13,46	3.750	34,09
10 Prot meio ambiente e conserv. natureza	3.500	9.000	706.250	702.750	20.078,57	697.250	7.747,22
11 Cultura	100.500	74.000	310.850	210.350	209,30	236.850	320,07
12 Desporto, recreio e lazer	274.500	369.475	391.000	116.500	42,44	21.525	5,83
13 Outras atividades cívicas e religiosas	500	5.000	1.000	500	100,00	-4.000	-80,00
14 Agric, pecuária, silvicultura, caça e pesca	23.500	24.600	17.000	-6.500	-27,66	-7.600	-30,89
15 Indústria e energia	25.946	15.946	16.250	-9.696	-37,37	304	1,91
16 Transportes rodoviários	820.850	658.350	2.125.250	1.304.400	158,91	1.466.900	222,81
17 Mercados e feiras	0	0	500	500	100,00	500	100,00
18 Turismo	2.000	2.000	136.250	134.250	6.712,50	134.250	6.712,50
19 Transferências entre administrações	50.000	50.000	88.500	38.500	77,00	38.500	77,00
20 Diversas não especificadas	56.212	56.212	38.409	-17.803	-31,67	-17.803	-31,67
TOTAIS	2.444.073	3.103.163	6.425.259	3.981.186	162,89	3.322.096	107,06

(a) Variação por relação à previsão inicial em 2017

(b) Variação por relação à previsão corrigida em 2017 (até 31.10)



Relatório e Documentos Previsionais de 2018

57

[Handwritten signatures]

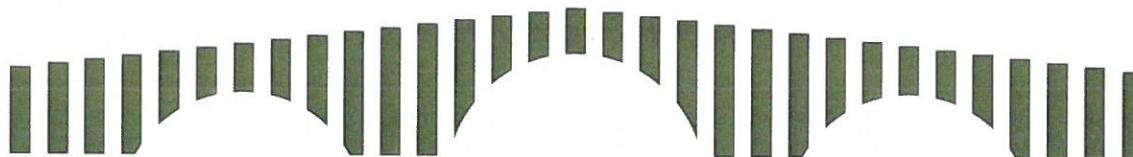
4.4. COMPARAÇÃO DAS DOTAÇÕES PREVISTAS EM PPI – 2017/2018

Uni: Euro

DESIGNAÇÃO	2017 (Inicial)	2017 (Corrigido)	2018	Variação ^(a)		Variação ^(b)	
				Valor	%	Valor	%
01 Administração geral	324.166	1.087.330	934.250	610.084	188,20	-153.080	-14,08
02 Proteção e luta contra incêndios	102.500	287.000	1.126.250	1.023.750	998,78	839.250	292,42
03 Ensino não superior	110.500	14.550	252.750	142.250	128,73	238.200	1637,11
04 Serviços individuais de saúde	0	0	250	250	100,00	250	100,00
05 Ação Social	500	500	0	-500	-100,00	-500	-100,00
06 Ordenamento do território	208.000	171.000	126.000	-82.000	-39,42	-45.000	-26,32
07 Saneamento	123.900	109.900	31.250	-92.650	-74,78	-78.650	-71,57
08 Abastecimento de água	141.500	104.300	96.000	-45.500	-32,16	-8.300	-7,96
09 Resíduos sólidos	13.000	11.000	14.750	1.750	13,46	3.750	34,09
10 Prot meio ambiente e conserv. natureza	3.500	9.000	706.250	702.750	20078,57	697.250	7747,22
11 Cultura	59.500	51.500	305.850	246.350	414,03	254.350	493,88
12 Desporto, recreio e lazer	266.500	352.975	376.000	109.500	41,09	23.025	6,52
14 Agric, pecuária, silvicultura, caça e pesca	22.500	19.600	16.000	-6.500	-28,89	-3.600	-18,37
15 Indústria e energia	2.446	2.446	6.250	3.804	155,55	3.804	155,55
16 Transportes rodoviários	820.850	658.350	2.125.250	1.304.400	158,91	1.466.900	222,81
17 Mercados e feiras	0	0	500	500	100,00	500	100,00
18 Turismo	2.000	2.000	136.250	134.250	6712,50	134.250	6712,50
20 Diversas não especificadas	51.212	51.212	38.409	-12.803	-25,00	-12.803	-25,00
TOTAIS	2.252.573	2.932.663	6.292.259	4.039.686	179,34	3.359.596	114,56

(a) Variação por relação à previsão inicial em 2017

(b) Variação por relação à previsão corrigida em 2017 (até 31.10)



Relatório e Documentos Previsionais de 2018

58

4.5. COMPARAÇÃO DAS DOTAÇÕES PREVISTAS EM AMR – 2017/2018

DESIGNAÇÃO	2017 (Inicial)	2017 (Corrigido)	2018	Variação ^(a)		Uni: Euro Variação ^(b)	
				Valor	%	Valor	%
02 Proteção e luta contra incêndios	44.000	24.000	5.000	-39.000	-88,64	-19.000	-79,17
05 Ação social	18.500	29.000	7.500	-11.000	-59,46	-21.500	-74,14
11 Cultura	41.000	22.500	5.000	-36.000	-87,80	-17.500	-77,78
12 Desporto, recreio e lazer	8.000	16.500	15.000	7.000	87,50	-1.500	-9,09
13 Outras atividades cívicas e religiosas	500	5.000	1.000	500	100,00	-4.000	-80,00
14 Agric, pecuária, silvicultura, caça e pesca	1.000	5.000	1.000	0	0,00	-4.000	-80,00
15 Indústria e energia	23.500	13.500	10.000	-13.500	-57,45	-3.500	-25,93
19 Transferências entre administrações	50.000	50.000	88.500	38.500	77,00	38.500	77,00
20 Diversas não especificadas	5.000	5.000	0	-5.000	-100,00	-5.000	-100,00
TOTAIS	191.500	170.500	133.000	-58.500	-30,55	-37.500	-21,99

(a) Variação por relação à previsão inicial em 2017

(b) Variação por relação à previsão corrigida em 2017 (até 31.10)

Relatório e Documentos Previsionais de 2018

59

5. VERIFICAÇÃO DA REGRA DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

Conforme refere o artigo 40º, do RFALEI, os orçamentos preveem as receitas necessárias para cobrir as despesas. No entanto, o nº 2 do mesmo artigo acrescenta que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente, acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

É ainda de referir que, nos termos previstos na nota explicativa do SATAPCAL designada “Regra do Equilíbrio Financeiro prevista no Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais”, o cumprimento da regra de equilíbrio deve ser garantido, relativamente a cada ano económico, no momento da elaboração do orçamento, das respetivas modificações e em termos de execução orçamental.

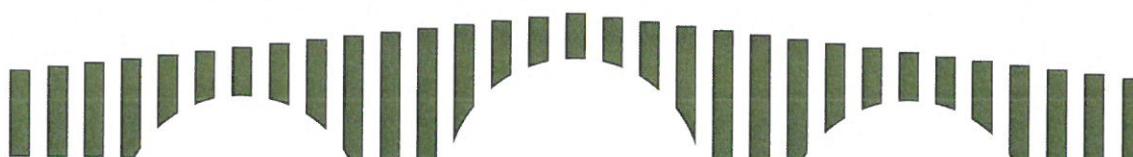
Para o efeito, é necessário realizar o cálculo das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo de acordo com as indicações legais, que ascendem aos 362.863,29 €, conforme se pode verificar no quadro seguinte:

Banco	Designação	Ano	Prazo de contrato	Anos decorridos (a)	Anos remanescentes (a)	Montante contratado	Montante utilizado (a)	Montante em dívida (a)	Média amortização
CGD	9015/003730/891	2003	15	10	5	378.100,00	378.100,00	163.970,25	32.794,05
CGD	9140/013477/791	2004	15	9	6	395.788,00	395.788,00	171.267,75	28.544,63
CGD	9015/003967/991	2004	15	9	6	42.079,00	42.079,00	21.317,78	3.552,96
CGD	9015/004409/691	2005	15	8	7	510.311,00	510.311,00	123.725,91	17.675,13
CGD	9015/004410/991	2005	15	8	7	253.100,00	253.100,00	146.127,68	20.875,38
CGD	9015/004906/391	2006	12	7	5	645.760,00	130.000,00	67.974,76	13.594,95
CGD	9015/006339/291	2009	12	4	8	750.000,00	750.000,00	580.642,97	72.580,37
CGD	9015/006909/991	2011	12	2	10	497.690,00	497.690,00	455.098,92	45.509,89
CCABC	5602905683	2004	15	9	6	68.800,00	68.800,00	17.183,87	2.863,98
BPI	3612758830001	2005	12	8	4	100.099,00	100.099,00	55.054,45	13.763,61
BBVA	148970000043	2007	12	6	6	641.000,00	641.000,00	416.650,00	69.441,67
SANTANDER	003200490370780	2015	12	0	12	500.000,00	0,00	0,00	41.666,67
362.863,29									

(a) Tendo como base de cálculo a data de 31.12.2013

Uni: Euro

De seguida é apresentado um quadro onde se pode verificar o cumprimento da regra do equilíbrio orçamental aquando da elaboração do orçamento municipal para o ano de 2018, que fica com uma margem positiva de 1.178.486,71 €:

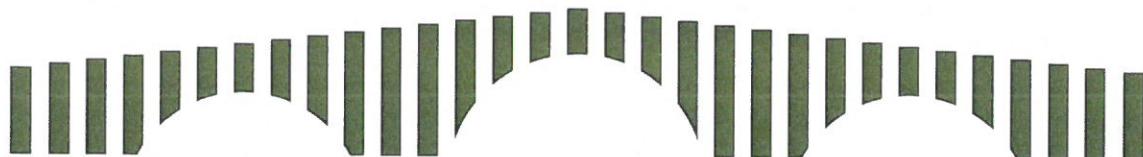


Relatório e Documentos Previsionais de 2018

60

	Receita	Despesa
Receita corrente	7.335.500,00	Despesa corrente
		Amortizações médias de empréstimos
	7.335.500,00	362.863,29
Margem = + 1.178.486,71		6.157.013,29

Uni: Euro



Relatório e Documentos Previsionais de 2018

61

6. RESPONSABILIDADES CONTINGENTES

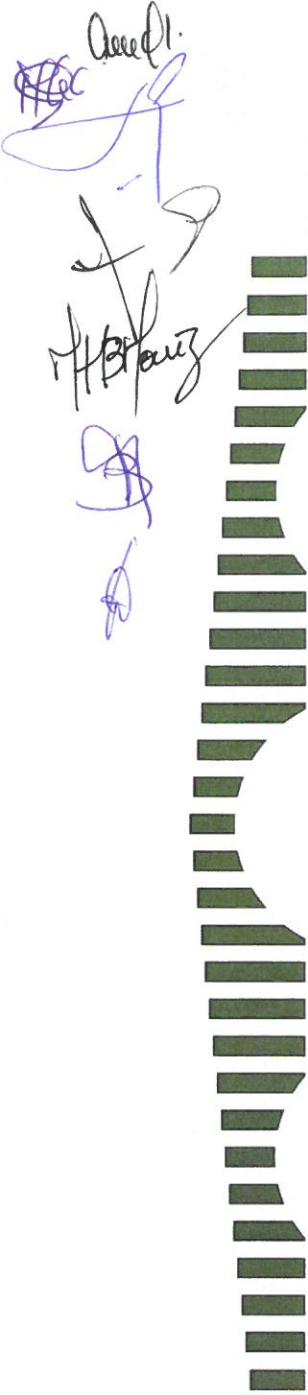
De acordo com a alínea a), do nº1, do artigo 46º, do RFALEI, o presente Relatório deverá conter a identificação e a descrição das responsabilidades contingentes. Neste sentido, são apresentados de seguida os processos judiciais pendentes e respetivo ponto da situação, considerando a informação prestada pelos consultores jurídicos do Município, Dr. Pedro Pereira Alves e Dr. João Ramalhete, em que se verifica a possibilidade do Município poder vir a assumir responsabilidades financeiras:

*Ass. André J.
J.
S
M. P. Pereira
J. Ramalhete
O. P.*

Relatório

e Documentos Previsionais de 2018

TRIBUNAL	PROCESSO	INTERVENIENTES	OBJETO	PONTO DE SITUAÇÃO
Tribunal de Arganil	Processo de Contraordenação: 83.112.0EACBN ASAE	Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE)	A ASAE, na sequência de vistoria ao Parque Infantil do Cerejal instaurou processo de contraordenação contra o Município, imputando-lhe várias infrações previstas no Regulamento aprovado pelo DL nº 379/97, de 27 de dezembro com coimas elevadas para cada uma das infrações.	Em nome do Município foi apresentada a adequada defesa, indicando-se a competente prova, aguardando-se a decisão final do processo de contraordenação.
-	Processo de Contraordenação: 284/2014	DICNF-C	Foi instaurado processo de contraordenação por violação da regulamentação de sinalização de zonas de caça.	Já foi apresentada a Defesa e prova testemunhal por parte do Município aguardando-se a decisão.
Comarca de Lisboa (Instância Central – 1ª Seção de Execução)	Processo 182/16.6T8LSB	Exequente: Companhia de Seguros Tranquilidade, SA Executado: Município de Góis	Execução sumária (agente de execução) – dívida do Município	Deduziu-se oposição à execução, com o fundamento de que o valor reclamado não corresponde à realidade. Encontra-se um saldo penhorado, efetuado anteriormente à dedução da oposição *a penhora que não foi possível cancelar (guarda a decisão final do processo). Ultimamente surgiu uma duplicação da penhora que, perante a posição do Município, foi imediatamente cancelada.
Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra	Processo 623.16.6BECBR	Autor: Lídia Rodrigues Barata Bandeira Réu: Município de Góis	Ação administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos preferidos pelo Município de Góis, relativo a procedimento concursal comum para o preenchimento de 8 postos de trabalho na carreira/categoria de assistente operacional (auxiliares de educação)	Aguarda-se notificação de todos os contrainteresados.



Relatório

e Documentos Previsionais de 2018

63

TRIBUNAL	PROCESSO	INTERVENIENTES	OBJETO	PONTO DE SITUAÇÃO
Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra	529/17.1BECBR	Autor: Carlos Gil – Obras Públicas, Construção Civil e Montagens Elétricas, Lda Réu: Câmara Municipal de Góis	Ação administrativa para pagamento de trabalhos executados e não contratualizados	O Município apresentou contestação.
Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra	530/17.1BECBR	Autor: Carlos Gil – Obras Públicas, Construção Civil e Montagens Elétricas, Lda Réu: Câmara Municipal de Góis	Ação administrativa para pagamento de trabalhos executados e não contratualizados	O Município apresentou contestação.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Audi.', 'JF', 'S', 'H', 'Luz', 'L', 'R', and a series of vertical green bars.]

Relatório e Documentos Previsionais de 2018

64

7. DOCUMENTOS PREVISIONAIS

7.1. RESUMO DO ORÇAMENTO PARA 2018

Anexo I

Ass. Anel. JF D. H. P. Fauz

7.2. ORÇAMENTO PARA 2018

Anexo II

7.3. GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2018

Anexo III

Legenda:

Forma de realização: A (Administração Direta); E (Empreitadas); F (Fornecimentos e Outros); O (Outros); P (Participações); T (Transferências).

Forma de financiamento: AC (Administração Central); AA (Administração Autárquica); FC (Fundos Comunitários).

Responsável: 01 (Administração Municipal).

Fases de execução: 0 (Não iniciada); 1 (Com projeto técnico); 2 (Adjudicada); 3 (Execução física até 50%); 4 (Execução física superior a 50%).

7.4. NORMAS DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

Anexo IV

7.5. ORÇAMENTOS DE OUTRAS ENTIDADES

Anexo V

7.6. MAPA DAS ENTIDADES PARTICIPADAS

Anexo VI

7.7. QUADRO PLURIANUAL DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTAL

Anexo VII

